

A CLASSE OPERÁRIA



PROLETÁRIOS
DE TODOS
OS PAÍSES
UNI-VOS

Fernando Henrique quer liquidar o Brasil

O FMI pretende a privatização do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal! A Petrobrás também está ameaçada. Indiferente aos crescentes problemas que vêm ocorrendo em setores privatizados, como a energia elétrica e a telefonia, mas sempre subserviente aos interesses do capital internacional, o governo de FHC já admite a entrega do setor bancário estatal e da exploração do petróleo aos estrangeiros. Fernando Henrique disse que fará novas privatizações se "o Brasil achar que é bom". O diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional, Michel Camdessus, já disse que acha - e o atual governo tem mais ouvidos para o FMI do que para o Brasil.

Campanha da UNE

A União Nacional dos Estudantes (UNE) está lançando a campanha *Chêga de FHC*, com a realização de mobilizações em vários Estados do Brasil. A entidade realiza seu Conselho Nacional de Entidades Gerais (Coneg) no dia 2 de abril. Se o Conselho aprovar a proposta da diretoria, o 46º Congresso da UNE será de 30 de junho a 4 de julho.

Página 3



Cuidar mais e melhor do Partido

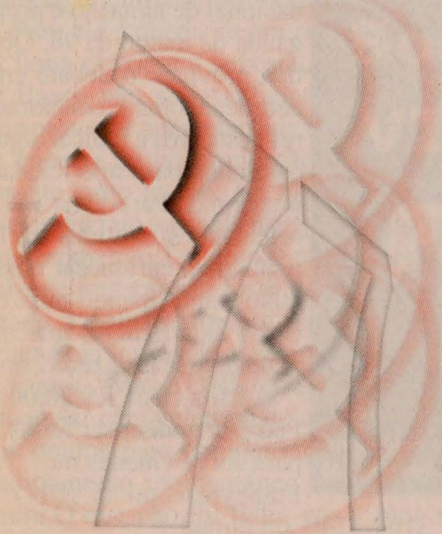
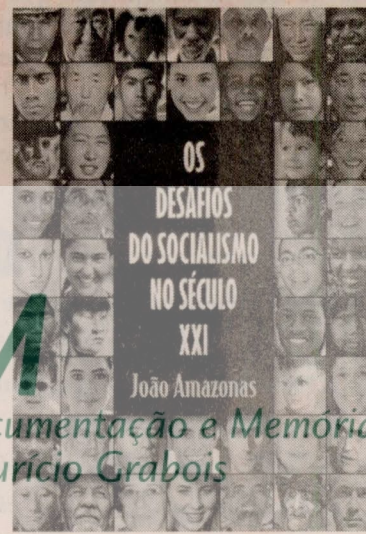
O PCdoB comemora 77 anos no próximo 25 de março. Na data será lançado o livro de João Amazonas "Os desafios no século XXI", em ato no Salão Nobre da Câmara Municipal de São Paulo, 19 horas.

Apostando no futuro e na capacidade do povo de alcançar uma sociedade melhor, o PCdoB tem realizado vários esforços para consolidar e organizar suas bases. O Ativo Nacional de Organização, que aconteceu em Brasília no final de fevereiro, discutiu metas para o Partido avançar numérica e qualitativamente. Foi traçado um plano de estruturação para 1999 que busca consolidar os

núcleos dirigentes intermediários, ampliar a base militante do Partido e proporcionar uma integração das frentes de organização, formação, propaganda e finanças.

O ativo refletiu a necessidade da militância "cuidar mais e melhor do Partido". Para isso, quatro atitudes comunistas são fundamentais: militar, estudar, divulgar e contribuir. Nesta edição, publicamos artigos sobre essas quatro atitudes, assinados pelos dirigentes Renato Rabelo (militar), Walter Sorrentino (estudar), Pedro de Oliveira (divulgar) e Ronald Freitas (contribuir).

Páginas 6 e 7



PCdoB

Comunistas discutem conjuntura e orçamento público

LUIZ CARLOS ANTERO

Um seminário organizado pela Comissão Parlamentar Nacional do PCdoB acerca do tema "Conjuntura Nacional e Orçamento Público", reuniu em Brasília, nos dias 13 e 14, mais de 100 parlamentares e assessores de todo o país. Além da bancada de 7 parlamentares federais, compareceram à atividade 41 vereadores, 9 deputados estaduais e 46 assessores de Brasília e dos diversos Estados onde o PCdoB possui representação. O vice-governador do Piauí, Osmar Júnior, também do PCdoB, contribuiu com um relato diversificado acerca da realidade e da experiência administrativa nas difíceis condições do Nordeste brasileiro.

O Seminário foi aberto pelo vice-presidente nacional do Partido, Renato Rabelo, que abordou aspectos da conjuntura atual, seguido pelo presidente da Co-

missão Parlamentar*, Aldo Arantes, abrindo um debate que envolveu questões sobre a repercussão da situação econômica e social do país; da atitude da população em relação ao governo FHC; dos passos necessários para o lançamento do "Movimento em Defesa do Brasil" em cada localidade, impulsionado pela frente de esquerda; do projeto político e eleitoral para o ano 2000 em cada lugar. O ex-governador de Pernambuco, Miguel Arraes, esteve presente no encerramento do primeiro dia dos trabalhos e fez uma saudação ao PCdoB, conclamando à unidade em defesa do Brasil, da democracia e do combate ao projeto neoliberal.

O segundo dia foi basicamente dedicado às exposições e debates acerca da compreensão e aplicabilidade do "Orçamento Público". O deputado federal Sérgio Miranda abordou o "Orçamento como expressão das políticas governa-

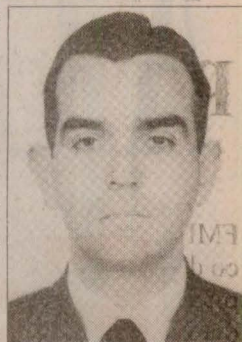
mentais". Homero de Souza Júnior, técnico em Orçamento Público, fez uma longa exposição envolvendo "Orçamento e atividade legislativa; O problema histórico das relações entre Poder Executivo e Poder Legislativo; O orçamento hoje; Regras básicas do processo orçamentário". Homero respondeu às questões dos participantes e destacou a necessidade de permanente aprofundamento do tema.

O conteúdo do evento será transformado em publicação que circulará em breve, a exemplo do que ocorreu com o Encontro Nacional de Parlamentares do PCdoB - a primeira atividade do gênero organizada pela atual Comissão Nacional de Parlamentares.

*A Comissão Parlamentar Nacional do PCdoB é composta também pelo deputado estadual Nivaldo Santana e pelos vereadores Sérgio Benassi (Campinas) e Fábio Tokarski (Goiânia).

Homenagem a revolucionários

Os comunistas Olga Benário Prestes, Pedro Pomar, Maurício Grabois e Ângelo Arroio foram homenageados em Montes Claros, Minas Gerais.



Ângelo Arroio

A Câmara Municipal aprovou o projeto, encaminhado pelo presidente da Associação dos Moradores do Conjunto Habitacional Joaquim Costa, de serem colocados os nomes dos revolucionários em quatro ruas do bairro.

Uma justa homenagem a bravos comunistas que deram grande contribuição para o movimento comunista e morreram em combate. Olga Benário foi morta em campo de concentração nazista, durante a Segunda Guerra Mundial; Pedro Pomar e Ângelo Arroio morreram na Chacina da Lapa, em 1976; e Maurício Grabois foi morto em combate na Guerrilha do Araguaia em 1973.

Princípios debate o Brasil

"O Brasil em perigo" é a manchete da revista *Princípios* nº 52. A entrega do país ao FMI e a ameaça do governo Fernando Henrique à democracia são discutidas pelo deputado Sérgio Miranda, que analisa o orçamento brasileiro para 1999, e pelos deputados Aldo Rebelo e Haroldo Lima, que tratam do que há por trás da reforma político-partidária em curso no Senado e das iniciativas do governo para restringir a participação político-eleitoral do povo brasileiro.

A *Princípios* 52 inaugura uma série de textos sobre a nossa história para comemorar os 500 anos do Brasil. O primeiro artigo, de José Carlos Ruy, fala da historiografia brasileira e das diversas visões da história.

Há ainda uma entrevista com o escritor chileno Volodia Teitelboim; reflexões sobre a condição da mulher cubana, por Mary Garcia Castro; um artigo do cientista Michel Paty sobre a ciência e seu papel na sociedade hoje, dentre outros artigos.

Vale a pena conferir!



Pedidos para a Editora Anita Garibaldi, pelo (011) 289-1331 ou e-mail: livraria@anitagaribaldi.com.br, rua Monsenhor Passalacqua, 168, Bela Vista CEP 01323-010 São Paulo/SP

Arbítrio na Câmara de Florianópolis

O presidente da Câmara Municipal de Florianópolis, Paulo Ávila da Silva (PFL), arbitrariamente demitiu dois assessores dos vereadores do PT (Fernando Coelho Corrêa, Sabrina Franzoni) e um do PCdoB (Luiz Henrique Costa), como retaliação aos vereadores e aos próprios assessores que tem denunciado as ilegalidades na aprovação do Projeto de Lei Complementar 095/98, de autoria da prefeita Ângela Amin, que garante 10 anos de concessão, sem licitação, renováveis por mais 10 (dez), para as atuais empresas continuarem explorando o Transporte Coletivo em Florianópolis.

Na opinião da vereadora Liane Kleine (PCdoB), "trata-se de uma manobra para calar a oposição que está promovendo uma campanha pública denunciando todas estas irregularidades promovidas pela Prefeitura e pela própria Câmara." Os cargos de confiança são de livre escolha e indicação dos vereadores. O presidente, ao exonerá-los, interfere na autonomia dos parlamentares de oposição, com objetivo de desestruturar a sua ação fiscalizadora.

Está havendo mobilização exigindo a imediata anulação do ato de exoneração, para que os assessores retornem as suas funções.

EXPEDIENTE

Diretor e Jornalista Responsável: João Amazonas - **Edição:** Guiomar Prates (Mtb 7061/31/04v), Pedro de Oliveira (Mtb 9.813 -SP) e Carlos Pompe (Mtb 249/01/128/AL) **Edição em HTML:** Gabriela Mendonça. **Editoração Eletrônica:** Sandra Luiz Alves. **Administração:** Franczyrose de Andrade Matarazzo.

Publicação mensal da *Empresa Jornalística A Classe Operária*

Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - São Paulo/SP - CEP 01318-020 - Fone: (011) 3106 0412

PCdoB na Internet: <http://www.pcdob.org.br> - E-mail: classeop@ruralsp.com.br

Avançar na luta pela emancipação das mulheres!

O 8 de março é um marco na trajetória de luta das mulheres no mundo inteiro. Em 1857, em Nova York, 129 operárias têxteis foram mortas pelo proprietário da fábrica Cotton, por lutarem pela redução da jornada de trabalho e contra o salário de fome. Em 1910, durante o II Congresso Internacional de Mulheres Socialistas, em Copenhague (Dinamarca), a comunista Clara Zetkin propôs a instituição do Dia Internacional da Mulher, em homenagem a estas heróicas operárias. Esta iniciativa firmava, simbolicamente, a estreita relação entre a luta emancipacionista das mulheres com a dos operários pela sua emancipação social.

Neste 8 de março de 1999, as mulheres brasileiras vêm seus lares atingidos pelo desemprego, consequência da política econômica do governo de Fernando Henrique Cardoso, que nos impõe os juros mais altos do mundo e a entrega de nossas riquezas.

Para satisfazer as exigências do FMI, FHC prefere sacrificar o povo brasileiro, penalizando inclusive a maternidade com medidas como a Portaria 4883 que limita o teto do salário maternidade em R\$ 1.200,00 e ameaçando direitos com a licença maternidade de 120 dias, conquistada na Constituinte de 1988.

As diferenças sociais e de gênero recaem com mais força sobre os ombros

das mulheres. Isto se manifesta no fato da trabalhadora receber salário menor que o dos homens, ao conviver com dupla jornada de trabalho, sendo responsável pelo cuidado dos filhos e tarefas domésticas, ao sentir na pele o crescimento da violência nas ruas e no lar. No momento em que o presidente pede que se apertem os cintos e apresenta como perspectiva a recessão e a piora na qualidade de vida da família brasileira, a perda dos poucos equipamentos sociais, cortes no orçamento para a saúde que, como consequência, trará o aumento da mortalidade materna e, na educação, a diminuição das vagas para as escolas e creches. Como administrar o orçamento doméstico neste momento de crise? Que ginástica fazer para esticar o salário, quando o preço da cesta básica já é maior do que o salário mínimo?

Só resta às mulheres juntar-se aos demais representantes da sociedade e dar um basta no governo de FHC.

O PCdoB, que sempre apoiou a luta pela emancipação da mulher, coloca-se ao lado das brasileiras neste 8 de março para que juntos, homens e mulheres, avancemos na construção de uma sociedade plena de justiça e liberdade.

Viva o 8 de Março!

Viva o Socialismo!

Basta de FHC!

Partido Comunista do Brasil

Programas do PCdoB em vídeo

A Comissão Nacional de Agitação Propaganda do PCdoB está lançando o vídeo **PCdoB na TV**. A fita contém um trabalho de apreciação e comentários críticos dos materiais de televisão do Partido nas eleições de 98 em vários Estados.

O Partido precisa melhorar o seu diálogo com o telespectador que é muito exigente e rejeita o que não estiver dentro de um mínimo padrão de qualidade.

A fita contém a orientação geral da Comissão na área de Propaganda, com base no debate iniciado no ativo

PCdoB na TV



nacional de agitação e propaganda de março de 98. Objetiva provocar o debate entre coordenadores e colaboradores nesta área e indicar alguns caminhos para aperfeiçoar a imagem do Partido na TV. As orientações contidas na fita pretendem enriquecer nossos ativos, antecipando uma troca de experiências que normalmente se faz a cada 2 anos. Pedidos podem ser feitos para Jorge Guedes ou Franczyrose, no tel. (011)

3104-4140, ou e-mail classeop@ruralsp.com.br.

NACIONAL

Agora o FMI quer a privatização do Brasil

CARLOS POMPE

Alerta aos brasileiros: O FMI quer a privatização do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal e Petrobrás! No dia 16, o diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional, Michel Camdessus, disse em Paris que a privatização é uma das opções que estão sendo analisadas pelo governo em estudos a respeito do papel dos bancos federais. No dia 2 de março o ministro da Fazenda, Pedro Malan, já havia admitido incluir o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal no programa de privatização, cumprindo as ordens de Camdessus.

Ele negou que a Petrobrás esteja na lista de estatais a serem privatizadas, mas o deputado Haroldo Lima (PCdoB/BA) denunciou que o governo trama "vender 31,7% do capital votante da Petrobrás que excede o total necessário para a manutenção do controle estatal e já anuncia a intenção de privatizar a BR Distribuidora e várias de suas refinarias. Alega que a BR Distribuidora só responde por 15% do mercado e que a Petrobrás pode refinar todo o petróleo que extrai com a metade de suas refinarias". No

dia 15, o presidente do BNDES, José Pio Borges, defendeu que algumas de suas subsidiárias da Petrobrás deveriam ser privatizadas, como a do setor de fertilizantes. No dia 16, a assembleia de acionistas da Petrobrás decidiram permitir que investidores estrangeiros comprem suas ações ordinárias (com direito a voto), o que era restrito aos brasileiros natos. A companhia petrolífera argentina YPF manifestou interesse na compra.

O presidente Fernando Henrique Cardoso havia descartado a venda dos dois bancos federais, mas tem sido uma prática recorrente deste governo dizer uma coisa e fazer outra. Depois, Fernando Henrique admitiu que Petrobrás, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal poderão ser privatizados, "eventualmente", se "o Brasil achar que é bom". Outra prática permanente do atual governo é cumprir às cegas as ordens emanadas do FMI. A redução do Imposto sobre Operações Financeiras sobre a entrada de capital especulativo no país, de 2% para 0,5%, por exemplo, adotada dia 15, foi uma exigência do FMI, que pretende a abolição completa do imposto.

Apagão mostra descaso nos serviços públicos

O blecaute que atingiu 8 Estados, no dia 11, evidencia o descaso com os serviços públicos e as privatizações no Brasil. O Operador Nacional do Sistema Elétrico

(ONS) e o Ministério de Minas e Energia tentaram justificar o apagão com a queda de um raio na subestação de Bauru (SP). Entretanto, vários especialistas divergem da explicação.

Mauro Martinelli, secretário de Meio Ambiente da Federação Nacional dos Urbanitários, acredita que teria sido uma falha do ONS, empresa privada que, desde o início de março, administra a distribuição de energia, o causador do blecaute. Para ele a queda de um raio na linha próxima à subestação de Bauru não seria suficiente para provocar uma interrupção de energia de tal proporção e durante tanto tempo. Na hipótese de um raio ter caído na rede, um dispositivo fez com que a linha de transmissão fosse desligada automaticamente para evitar a explosão da subestação de Bauru. "Mas o ONS teria de remanejar carga elétrica de outros pontos para compensar o desligamento momentâneo de Bauru. O que não foi feito, gerando o apagão".

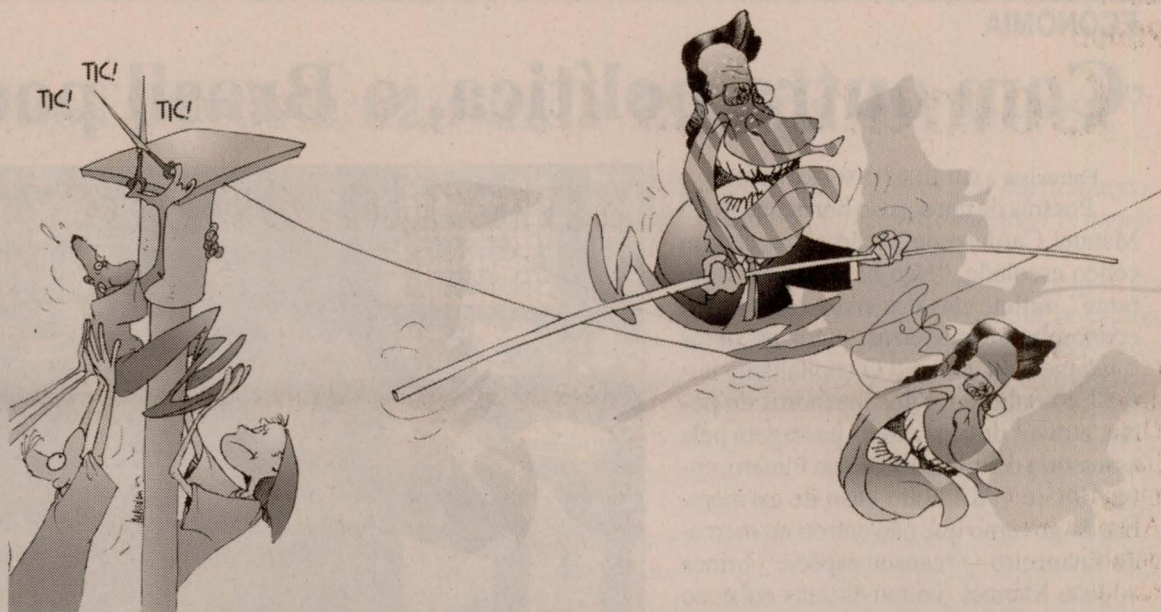


José Antônio Jardini, professor de automação de sistemas elétricos da USP (Universidade de São Paulo) e um dos elaboradores do projeto da subestação de Bauru, acredita que, "para levar ao blecaute, o raio teria que cair dentro da subestação e provocar um curto-circuito, o que é muito difícil porque sobre uma subestação há muitos pára-raios."

Para o meteorologista Francisco de Assis Diniz, chefe do Centro de Análise e Previsão do Tempo do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), se o motivo foi um raio "por quê demorariam quase um dia para descobrir?". Diniz denuncia que a Eletrobrás nunca solicitou boletins meteorológicos ao Inmet para evitar problemas nas usinas geradoras do sistema.

O governo FHC aproveita o incidente para defender mais privatizações. Sérgio Amaral, porta-voz da Presidência, declarou que "a falha mostra que é necessária mais uma linha de transmissão, portanto de investimentos. No momento atual, o setor privado, mais que o governo, tem condições de realizar esses investimentos."

Nesse rumo, além de sem saúde, terra e educação, ficaremos sem luz, telefone e água potável...



UNE lança campanha Chega de FHC!

GUIOMAR PRATES

A União Nacional dos Estudantes realiza, dia 2 de abril, seu Conselho Nacional de Entidades Gerais (Coneg), do qual participam os Diretórios Centrais de Estudantes (DCE's) e Uniões Estaduais de Estudantes (UEE's). O Coneg acontece no momento de grande mobilização do movimento estudantil: a UNE lança a campanha *Chega de FHC* e participa das atividades da Jornada Nacional de Lutas em Defesa do Brasil.

No dia 26 de fevereiro foi realizada uma passeata em Belo Horizonte, em conjunto com DCEs, a Ubes (União Brasileira de Estudantes Secundaristas) e Umes/BH (União Municipal de Estudantes Secundaristas), em apoio à moratória de Minas Gerais, com mais de 3 mil pes-

soas embaixo de chuva. O ato contou com a presença do governador Itamar Franco.

O presidente da UNE, Ricardo Cappelli, em reuniões com Itamar Franco, Lula e Brizola, debateu a necessária unidade da oposição e a realização de mobilizações populares para a saída da crise. Cappelli diz que as universidades públicas estão sendo privatizadas: "O governo FHC corta suas verbas, proíbe a contratação de novos professores, ataca sua autonomia, não abre novas vagas e quer, por fim, cobrar mensalidades".

Nas universidades particulares, os altos preços das mensalidades, a falta de democracia interna, a questionável qualidade do ensino em parte dessas instituições e o alto índice de inadimplência demonstram o

total abandono do governo para com os estudantes. "FHC vai mais longe, cortando investimentos nas áreas sociais, tenta privatizar o que ainda resta de nossas empresas estatais estratégicas ainda leva à falência Estados e municípios", afirma Cappelli.

Para o presidente da UNE, a resistência organizada nas ruas e o fortalecimento do Fórum Nacional de Luta por Trabalho, Terra e Cidadania, são caminhos que devem ser fortalecidos, "buscando ampliar o campo popular, democrático e progressista, capaz de constituir uma alternativa distinta de governo, que consolide as aspirações dos trabalhadores e da juventude por soberania nacional e desenvolvimento independente do Brasil".

46º Congresso da UNE

O Coneg deve aprovar a data de realização do 46º Congresso da União Nacional dos Estudantes. A proposta da diretoria da entidade é de que o Congresso se realize de 30 de junho a 4 de julho, em Belo Horizonte ou Goiânia. O credenciamento dos delegados seria em 19 e 20 de junho, nos Estados.

O impasse criado no Coneb (Conselho Nacional de Entidades de Base), foi debatido na diretoria da entidade e já está

resolvido. A resolução do Coneb é nula. O último congresso decidiu pela realização de etapas estaduais do Congresso da UNE. Esta decisão deveria ter sido regulamentada no Coneb. Como não foi, não será implementada neste ano.

Os delegados ao 46º Congresso serão eleitos por curso na proporção de 1 para cada 400 estudantes matriculados e mais 1 para fração superior a 200. Não haverá delegados representantes da diretorias das entida-

des de base, conforme decisão do Congresso.

Movimento Refazendo

A União da Juventude Socialista (UJS), junto com lideranças independentes que atuam no movimento estudantil, está promovendo o lançamento do movimento Refazendo em todos os Estados do Brasil. Ele tem o objetivo de discutir uma plataforma para o 46º Congresso e para a próxima gestão da UNE.

Bienal resgata cultura no movimento estudantil

A realização da I Bienal de Arte e Cultura da UNE, em Salvador (23 a 30 de janeiro), resgatou o papel de produtor cultural que o movimento estudantil já desempenhou em outras épocas.

Com o slogan *Arte e Ciência a favor do Brasil*, a I Bienal levou a Salvador mais de 7 mil jovens, que se reuniram para mostrar trabalhos desenvolvidos nas áreas de artes plásticas, cinema, dança, fotografia, música, teatro e literatura, além de projetos desenvolvidos nas áreas de ciência e tecnologia. Revelar talentos e valorizar a cul-

tura nacional e popular foi um dos objetivos da Bienal.

O evento entrou para o calendário de comemorações dos 450 anos de Salvador e marcou também os 20 anos de reconstrução da UNE. "A Bahia é o berço da cultura brasileira e ainda continua influenciando muito os movimentos culturais que surgem no país", afirma o diretor de Cultura da UNE, Daniel Vaz, explicando que a riqueza cultural da primeira capital do Brasil foi um estímulo a mais para os estudantes.

No jornal da UNE, *Nexo Mural*, o editor das revistas *Bra-*

vo e República, Bruno Tolentino, afirma que a Bienal é uma iniciativa muito oportuna. "Percebo que este é o momento de se recuperar o tempo perdido nas décadas de 70 e 80 com a política cultural. A sede de cultura cresce no âmbito universitário e, tendo alguém para canalizar este movimento, temos tudo para conseguir o amadurecimento cultural que este país busca. A UNE está preparando a publicação de um catálogo com todos os trabalhos apresentados em da gravação de um CD com as músicas classificadas na mostra oficial."

ECONOMIA

Com outra política, o Brasil pode ser um país decente

Entrevista a GILBERTO MARINGONI

Por trás de um sorriso bonachão, João Manuel Cardoso de Mello se revela um cético escolado. "Não há como ser diferente", reflete um dos mais respeitados economistas brasileiros, autor de obras fundamentais, como "O capitalismo tardio", e conhecedor dos meandros do poder, através de uma rápida passagem pela assessoria do ministro Dilson Funaro, entre 1985 e 1987. Raro caso de ex-membro do governo que não entrou no mercado financeiro — "causou espécie", brinca —, João Manuel voltou às suas aulas no Instituto de Economia da Unicamp quando Funaro deixou Brasília.



João Manoel: "Estados e municípios estão falidos devido à taxa de juros"

A Classe Operária — Estamos vivendo a maior crise cambial de nossa História, com um agravante: o país está parado. No âmbito econômico, daria para ser diferente?

João Manuel Cardoso de Mello — Sim. Isso resultou dos erros cometidos ao longo do Plano Real. Um programa de estabilização monetária fundado na entrada de capitais especulativos que, no momento de sua implantação, eram abundantes no mundo inteiro e procuravam pouso onde as condições de remuneração fossem melhores. Você vai se endividando e uma hora o credor olha, vê que você não pode pagar, e vai embora.

Classe — Com o fim do Real, o país também se inviabiliza?

JMCM — As modificações ocorridas na economia internacional, como a globalização financeira e a disciplina tarifária que os países desenvolvidos impuseram à periferia, são todas contra nós. E nós temos que nos defender disso. Ao invés disso, o governo rebaixou as tarifas de importação, fez uma liberalização completa dos mercados financeiros — hoje qualquer um pode mandar dinheiro para fora do país — e deu nisso que estamos vendo. Depois da euforia e do ciclo de consumo propiciado pelo financiamento dos capitais especulativos, veio a crise! A década de 80 é chamada de "perdida". A de 90 é pior. São 20 anos de desastre.

Classe — Como o sr. analisa o desempenho da imprensa neste período?

JMCM — A imprensa brasileira é uma

vergonha. O pensamento crítico foi banido. A imprensa agora quer transformar o fracasso do Plano Real num sucesso! "As bolsas estão eufóricas!", diz. Mas na Rússia foi assim, subiu mais de 40%, logo após a moratória. As bolsas explodiram, porque estava-se apenas corrigindo os preços em dólar das ações pela desvalorização que eles acham que vai haver.

Classe — O Brasil já viveu um intenso ciclo de endividamento nos anos 70. Qual a diferença daquele período com o atual?

JMCM — Nos anos 70, nós advertíamos que aquele endividamento era uma irresponsabilidade. Se você pega a História do Brasil no século XX, verá que este é o sexto ou sétimo ciclo de endividamento. O governo Rodrigues Alves se encheu de dinheiro para modernizar o Rio, acabou com os cortiços e depois: ferro! Em 1913, o Brasil fez um regime cambial muito parecido com o Plano Real. O dos militares foi o quinto ou sexto ciclo de endividamento. O ciclo de endividamento dos militares ainda deixou obras palpáveis, hidrelétricas, indústrias. Este não vai deixar nada, foi um endividamento voltado para o consumo.

Classe — Isso não se deve às concepções da atual equipe econômica?

JMCM — Sim. Existem três correntes de pensamento econômico no Brasil, ao longo deste século: o industrialismo conservador — caso do Delfim —; temos nós, que fazemos a crítica ao capitalis-

mo, e existem os liberais. Estes são os piores! O pai dos liberais foi o Joaquim Murinho, ministro da fazenda de Campos Salles, um homem terrível. Depois virou governador de Mato Grosso e foi um grande corrupto. O liberalismo tem disso, combina princípios absurdos com politicalha, clientelismo e corrupção.

Classe — Muitos economistas dizem que o Brasil deve abdicar de querer construir uma indústria sofisticada e se dedicar àquela que seria sua vocação natural, a agricultura e o turismo.

JMCM — Isso deriva da teoria das vantagens comparativas da qual falava Eugênio Gudin. Ele tinha uma justificativa famosa que procurava mostrar "porque é vantajoso ao Brasil trocar café por fechadura". Se fôssemos confiar nessa gente, estaríamos plantando café até hoje.

Classe — Neste início de ano, o país foi sacudido pela moratória decretada pelo governador de Minas Gerais. Ela é uma saída?

JMCM — Os Estados e municípios estão falidos por conta da taxa de juros. Vou dar um exemplo: quando o governador Montoro terminou seu mandato, São Paulo devia 5 bilhões dólares. Quando o Quéricia saiu, devíamos 9 bilhões. Daí para cá, ninguém tomou um centavo para fazer obras, pagar funcionários, nada. Hoje a dívida é de 67 bilhões. São juros sobre juros! Ninguém vai pagar! Você acha que alguém vai comprometer 10, 12, 13% da sua receita? Não vai... O governo está

agora com a estratégia de botar a culpa da crise no governador Itamar. Isso é uma piada! Ele não paga simplesmente porque não tem dinheiro; como todos os governadores — se viu depois — não têm pago. Como consequência disso, acontece uma coisa terrível, que é o colapso dos serviços públicos. Atrasam-se salários, fecham-se escolas, fecham-se hospitais, creches, e transforma-se o Estado num guichê pagador de juros.

Classe — Quais as perspectivas de evolução da crise?

JMCM — Eu acho que ela está apenas começando, até mesmo porque não se sabe o que vai acontecer na economia internacional. Os desequilíbrios que nela foram introduzidos são muito pesados. Existe um novo fator agora, o euro, que irá colocar uma competição ferrenha com o dólar. Um dos males do Brasil é ter saído da influência européia e ter se subordinado totalmente à dominação norte-americana. Nós viramos uma espécie de caricatura dos Estados Unidos. Agora, quando teremos a volta da inflação o governo diz: "ela não vai subir, porque estamos em recessão". Tudo bem, mas quando você precisa crescer, para superar a crise, o que faz? O governo não pode ameaçar a produção interna com importações em massa.

Classe — Mas o presidente já anunciou que irá controlar os aumentos de preços...

JMCM — Controlar com o quê? Tirou-se do Estado os instrumentos mínimos de controle da economia. Sob o nome de reformas, liquidou-se o patrimônio público e se tirou dinheiro até dos velhinhos. Mas nada disso ataca o problema principal do déficit público, que é um problema financeiro, da taxa de juros. Hoje, nós gastamos US\$ 65 bilhões em juros e US\$ 10 bilhões na saúde. E ninguém fala que o problema do Brasil são os juros. Veja só, agora tudo o que eles falaram durante o Plano Real — como controle do câmbio — não vale mais. Por isso, eu digo: os pobres matam com revólver e os ricos, com taxas de juros e planos econômicos. E são cínicos. Esse é um traço terrível das elites, o cinismo.

A maldição dos juros altos

JANDIRA FEGHALLI*

Desde que o Plano Real começou, as chamadas autoridades monetárias brasileiras — e Fernando Henrique Cardoso, que as chefiava desde antes de ser presidente —, repetem que precisam elevar os juros no presente, para abaixar os juros a médio e longo prazo. A cantilena já está sendo entoada há quase 6 anos e os juros no país permanecem sendo, na média, os maiores do mundo e da história econômica conhecida.

O que dizia o governo, quando o real começou? Que os juros aqui eram muito altos. Que no exterior o dinheiro estava a juros muito mais baixos. Que o recurso aos juros altos internos visava incentivar a entrada do dinheiro barato de fora, para estabilizar os preços, via importações. E para importar a tecnologia básica para modernizar nossa estrutura industrial obsoleta. Essa política já permitiria uma elevação do crescimento da economia brasileira dos níveis historicamente baixos dos anos 80, perto de 2% ao ano, para uma taxa muito mais confortável, de mais de 4% em média, até 1999, dizia o governo. Depois, cresceríamos mais. Que aconte-

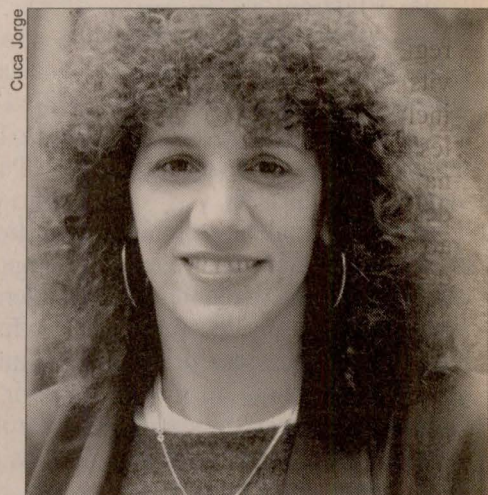
ceu? O Plano Real fez um milagre às avessas. Fez o crescimento per capita da produção brasileira nos anos 90 cair abaixo do fundo do poço dos anos 80. E isso, sem contar o crescimento deste ano, que foi inicialmente programado pelo governo para ser menos 1% e que, tudo indica, será bem pior — há quem fale em menos 5%. E quanto à modernização tecnológica do país? Tomando como base a indústria de produção de máquinas nacional, recuamos mais ainda.

Entre 1993 e 1997, as importações de máquinas e equipamentos saltaram de US\$ 2,62 bilhões para US\$ 8,99 bilhões, enquanto a produção interna estagnou em cerca de US\$ 15,0 bilhões. Diz a associação dos fabricantes que, nos últimos quatro anos, 1.300 indústrias de máquinas e equipamentos ou fecharam ou tornaram-se importadoras. Nossos trabalhadores, nesse ramo industrial tão vital para o país, foram botados na rua. O emprego no setor caiu 10,4% em 98, 18.580 postos de trabalho foram eliminados, o nível de capacidade ociosa das indústrias subiu para 34,1%.

O Brasil está trazendo, é claro, algu-

mas indústrias automobilísticas ultramodernas para o país. Mas, à custa de que? De desmedidos incentivos; de um desemprego crescente no setor; de uma desnacionalização sem precedentes da indústria nacional de auto-peças. Mas é essa modernização cruel e ultra-limitada que está no centro da absurda política de juros altos. O grande capital internacional, que comanda agora abertamente a política econômica brasileira quer segurança para o dinheiro, acima de tudo. Os governos têm, em geral, três tipos de instrumento para ancorar esta política do capital financeiro: a fiscal, a monetária e a cambial. Todos os trustes globais querem ter enormes sobras de caixa para aplicar em papéis. Esses papéis tem de ser garantidos pelos governos que adotaram o monetarismo como guia. Essas garantias podem ser dadas através de três, duas, ou mesmo uma âncora apenas, não importa.

O Brasil perdeu a chamada "âncora cambial". O governo diz que a "âncora" agora é a fiscal. Não é, já vimos, os enormes sacrifícios que foram impostos aos funcionários públicos da ativa e aposen-



Jandira: "monetarismo absurdo"

tados são um trocado perto das exigências do grande capital. Resta a âncora maldita e o governo não tem vergonha de aplicá-la: a dos juros.

Que diálogo se pode ter com esse governo? Com essa política, nenhum. Ele acha que tem de fazer os Estados cumprirem "a lei", que no fundo é o acordo que ele fez com o FMI. Para os partidos de oposição está claro que o caminho é outro: buscar apoio social, entre as amplas camadas de trabalhadores e pequenos e médios proprietários prejudicados com o monetarismo oficial absurdo.

* Deputada federal PCdoB/RJ

O superávit comercial é bom ou ruim para o Brasil?

UMBERTO MARTINS

Na seqüência da máxi-desvalorização do real, a balança comercial brasileira, que registra o saldo entre o valor das exportações e importações durante um certo espaço de tempo, voltou a ser superavitária. Em fevereiro, enquanto se aprofundava a recessão, as exportações superaram as importações em 219 milhões de dólares. Nos 8 primeiros dias de março, a diferença (positiva) havia alcançado 130 milhões de dólares. O governo FHC, lembrando os anos de agonia do regime militar, anunciou que exportar é a solução e prometeu ao Fundo Monetário Internacional (FMI) um superávit de 11 bilhões de dólares neste ano, meta que pressupõe uma queda brutal, de 21%, nas importações. Não faz muito tempo que até mesmo vozes da oposição reclamaram a necessidade de superávits comerciais. Cabe indagar se isto é mesmo bom ou ruim para o Brasil.

Não se deve afirmar a priori que um superávit comercial é, em si, um bem ou um mal. O critério para avaliar o valor e sentido de tal resultado depende sobretudo da propriedade e do destino conferido às divisas auferidas com o excedente das transações com mercadorias no exterior. Em conseqüência, o significado de um superávit difere de país para país. Pode ser, num só tempo, uma benção para uns e uma desgraça para outros, conforme indica a análise de dois casos distintos: Japão e Brasil.

Fonte de orgulho nacional e capital para uma política independente no Japão

Há décadas que o Japão vem registrando expressivos superávits em sua balança comercial, inclusive nos anos mais recentes de acentuada recessão interna. A observação da história desde o pós-guerra sugere que, ao lado do desenvolvimento desigual (que lhe propiciou taxas de crescimento do PIB relativamente mais elevadas que as de outras potências capitalistas até o final dos anos 80), o excedente comercial tem sido a base da expansão imperialista do Japão, de sua crescente conquista de mercados, de sua ascensão à condição de maior credor do mundo.

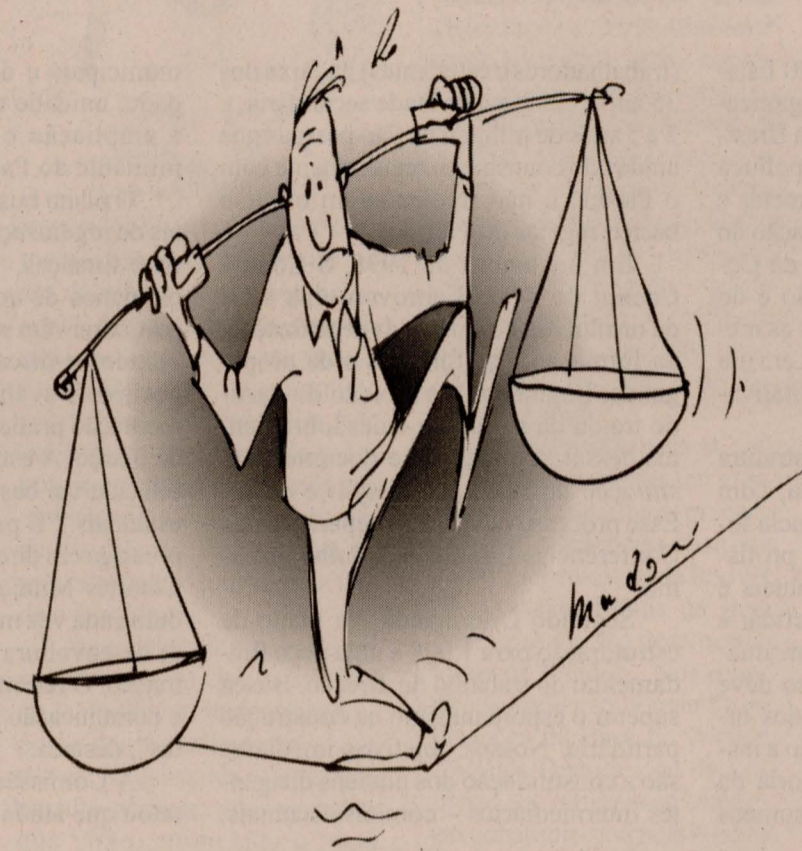
Traduzido em divisas, depois das trocas realizadas no mercado mundial, o saldo da balança é apropriado pela burguesia nipônica e direcionado ao exterior para a compra de ativos, investimentos em títulos do Tesouro norte-americano, aquisições de empresas estrangeiras, empréstimos e instalação e ampliação de unidades produtivas, principalmente na Ásia.

A médio e longo prazo a balança comercial (que já foi classificada de balança visível, de mercadorias) determina também o sentido das outras contas do balanço de pagamentos (contas correntes e de capitais), ou a chamada balança invisível, que contabiliza principalmente operações financeiras (incluindo juros, lucros e fluxo de capital). Assim se verifica nas relações econômicas internacionais das potências imperialistas. Não parece ser o caso de nações dependentes. Nos Estados Unidos, por exemplo, a trajetória de déficits comerciais iniciada em 1971 e até agora não interrompida resultou, a partir de 1982, num rombo crônico das contas correntes, que por sinal bateu um recorde em 1998, atingindo 233,4 bilhões de dólares, 50,4% superior aos 155,2 bilhões de dólares registrados em 1997.

O superávit comercial é (para as potências capitalistas) a base primária do excedente financeiro; a base, portanto, da exportação de capitais, fenômeno que, como sugeria Lênin, é também a forma por excelência da expansão imperialista do capital, da reprodução ampliada deste além da fronteira nacional. Por definição, a exportação de capitais é dada pelo investimento nos mercados externos da poupança nacional (privada e pública) que excede as oportunidades de investimento interno. Esta forma de reprodução ampliada do capital no imperialismo, a reprodução ampliada no exterior, embora seja a princípio dependente dos resultados da expansão interna (ou da evolução do PIB nacional), a certa altura do desenvolvimento histórico (de uma determinada potência) ganha notável autonomia. Por isto, a depressão econômica sofrida pelo Japão nesta década não anulou a expansão imperialista do capital japonês, uma vez que até o momento não interrompeu nem mesmo reduziu a produção de excedentes comercial e financeiro no seu balanço de pagamentos.

O superávit comercial constituiu a base para a invejável posição financeira do Japão no concerto das nações, de sua ascensão à condição de maior credor mundial.

O excedente financeiro externo (que nasce da balança comercial mas não mais se resume a ela) é o capital que permite ao governo e à burguesia japonesa promover uma política para seus investimentos no exterior a cada dia mais independente e conflitante com a dos Estados Unidos e do FMI, como se pode deduzir de fatos como a instituição de um fundo asiático para contornar a crise econômica da região, aprovado em novembro do ano passado na



reunião do Fórum de Cooperação Econômica da Ásia-Pacífico, e até mesmo o empréstimo de 14 milhões de dólares concedido ao governo mineiro por um fundo de investimentos nipônico, no momento em que Itamar Franco era estigmatizado como caloteiro pelos próceres da banca internacional e punido com a suspensão do desembolso de empréstimos do Banco Mundial (BIRD) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) por sua rebeldia contra a política do FMI.

Por essas razões, se considerarmos os seus efeitos ao longo das últimas décadas, o superávit comercial tem sido um forte alimento para o orgulho nacional e as ambições da burguesia japonesa.

O superávit é a medida da transferência real de poupança ao exterior

Se o superávit comercial pode ser considerado um bem para o Japão, ou ao menos para a burguesia japonesa, infelizmente o mesmo julgamento não é válido para o Brasil, nem mesmo para nossa estropiada burguesia. Aqui, ele tem um significado completamente diferente. A diferença decorre da propriedade e do uso (dela decorrente) dos excedentes comerciais.

Ao contrário do caso japonês, as divisas resultantes do processo de trocas internacionais das mercadorias exportadas pelo nosso país não são apropriadas nem têm seu destino definido por brasileiros. Muito pelo contrário, são transferidas ao capital estrangeiro na forma de pagamento de juros, amortização da dívida externa, remessa de lucros, etc.

Uma vez de posse deste excedente, é o capital estrangeiro

quem decide onde aplicá-lo. Se julgar conveniente e lucrativo, pode usá-lo até na aquisição de ativos brasileiros, a "preço de banana" após a máxi-desvalorização do real, conforme nos explicou o presidente do Banco Central, Armínio Fraga — uns 40% mais baratos que em 1998, uma pechincha.

A propriedade do excedente faz toda a diferença.

A curto prazo, os ajustes para alcançar saldos positivos, além de induzir a substituição de importações em alguns ramos da economia, beneficiam os exportadores. Aparentemente, são eles que se apropriam dos excedentes comerciais, pois a realização dos lucros em questão se dá através da troca no mercado externo dos bens que eles produzem aqui dentro. Mera aparência.

Na realidade, os bilhões de dólares e outras divisas em que se expressam, no nosso caso, o superávit comercial, vão engordar por meio de um mecanismo vil (intermediado pelo governo) as contas de banqueiros, especuladores e, em geral, grandes capitalistas estrangeiros. Nem um mísero tostão retorna ao país, tampouco se pode falar que serve à expansão de capitalistas nativos no exterior.

Mesmo para a burguesia nacional considerada em seu conjunto, o superávit comercial, na medida em que é apropriado por capitalistas de outros países, é também um desperdício, ou antes uma renúncia. A rigor, a poupança interna traduzida no excedente comercial deveria ser acumulada pelos capitalistas brasileiros e constituir a base para sua reprodução ampliada, seu crescimento, para o engrandecimento da burguesia nacional enquanto classe. Nas mãos do capital estrangeiro, evi-

dentamente não é isto que ocorre (lembramos que uma parcela do lucro ele usa para acelerar o processo de desnacionalização ou desapropriação do capital nativo), de forma que o burguês brasileiro acaba relegado ao papel de eterno coadjuvante no teatro do mercado mundial, que agora encena uma tragédia. Por aí se vê o caráter desta classe que, governada hoje por testas de ferro de monopólios imperialistas, vem sendo devorada pelo capital estrangeiro sem esboçar maior reação.

No Brasil (hoje), o superávit comercial é a medida mais precisa da transferência real (e unilateral) de riquezas nacionais ao exterior — e, neste sentido (restrito), não se consideram as operações de refinanciamento de débitos externos e o processo de desnacionalização, que constitui transferência (real) de patrimônio e propriedade nacionais ao capital estrangeiro, que não implica necessariamente a remessa imediata de riquezas físicas (e, neste sentido, reais) ao exterior, mas eleva o valor do passivo externo do país, e acarreta, por este meio, o compromisso de remessas ainda maiores no futuro para remunerar os proprietários estrangeiros de ativos nacionais.

Esta transferência é, antes de tudo (convém reiterar), transferência de poupança gerada internamente para o exterior. Segue daí que o extraordinário esforço para reduzir drasticamente as importações e aumentar as exportações provoca forçosamente a depreciação da taxa de investimento e acaba configurando um terrível obstáculo ao crescimento e ao progresso da nação. É a lição que aprendemos com amargor durante praticamente todos os anos 80. A sangria provocada pelo capital estrangeiro esteve na origem de duas décadas perdidas e projeta uma sombra sinistra sobre o nosso futuro. Com estagnação econômica e empobrecimento nacional, o que se pode esperar? As classes dominantes têm descarregado o grande ônus da crise sobre as costas das massas trabalhadores, que pagam, a contragosto, uma salgada conta expressa em arrocho salarial, precarização das condições e relações de trabalho e desemprego em massa, crescente. Até quando?

É por essas e outras que não devemos ver com bons olhos os superávits que ao longo dos próximos meses (e, quem sabe, anos) estaremos presenciando na balança comercial brasileira. Serão, nessa medida, uma prova da subserviência das elites dirigentes.

Cuidar mais e melhor do Partido

Cerca de 40 comunistas de 20 Estados participaram o Ativo de Organização, dias 27 e 28 de fevereiro, em Brasília. Foram discutidas a situação política do país e do Partido, debatidas metas e planos de fortalecimento e ampliação do PCdoB. Para Dilermando Toni, da Comissão Nacional de Organização e do Comitê Central, "se alcançarmos as metas estabelecidas, o PCdoB estará em um outro patamar, numérica e qualitativamente, até o final deste ano."

O Partido conta com uma estrutura de quadros relativamente ampla, com domínio da linha política e influência social. Certo número quadros está profissionalizado. Um dos desafios atuais é garantir formação política e partidária aos militantes que ainda estão sem atuação política organizada. Para isso deve haver o funcionamento regular dos organismos partidários, combatendo a instabilidade e a dispersão. A maioria da base partidária é integrada por homens

(trabalhadores e estudantes) na faixa dos 35 anos, com escolaridade secundária, e 2 a 5 anos de militância. São pessoas que ainda não contribuem regularmente com o Partido e não frequentaram o curso básico regular do Partido.

Em novembro de 1998, o Comitê Central do PCdoB aprovou uma série de resoluções no campo da organização, da formação, das finanças e da propaganda. Logo depois a direção do Partido tratou da aplicação e desdobramentos dessas resoluções no documento *A situação do Partido - tarefas e metas*. Esse processo envolve a preparação das Conferências Estaduais de julho próximo.

Segundo Dilermando, "o plano de estruturação para 1.999 é uma peça fundamental do trabalho de direção. Busca superar o espontaneísmo na construção partidária. Nossos objetivos imediatos são a consolidação dos núcleos dirigentes intermediários - comitês estaduais,

municipais e distritais -, sua estabilidade, unidade e ampliação, bem como a ampliação e consolidação da base militante do Partido".

O plano busca a integração das frentes de organização, formação, propaganda e finanças. "Nos principais Estados os planos de construção e estruturação partidária vêm sendo encaminhados, elaborados e discutidos, o que é bastante positivo", avalia o dirigente. A implementação prática está ocorrendo a partir de março. A estrutura do Partido já mobilizada vai basicamente até os comitês estaduais. "É preciso que o movimento prossiga em direção às bases, através dos Comitês Municipais, e ganhe envergadura cada vez maior. Há indícios de maior desenvoltura na organização e na formação. O retorno em termos de finanças e comunicação ainda são bem incipientes", destaca.

A Comissão de Organização constatou que ainda é pequeno o movimen-

to de crescimento das fileiras partidárias. Mas, em vários Estados, o Partido fixou metas de filiação superiores às sugeridas pela direção nacional, como no caso do Rio de Janeiro, de 2.400 para 4.450; de Minas Gerais, de 900 até o final do ano, para 1.000 até junho. São Paulo objetiva alcançar 2.400 novos filiados. "Essas filiações devem ser de novo tipo: feitas no fogo da luta, simultaneamente com a contribuição do carnê financeiro, com a distribuição de materiais do Partido, com um curso mínimo de formação, com a entrada em uma organização de base do Partido, etc.", lembra Dilermando.

Em vários Estados está se processando um trabalho de fortalecimento das Comissões de Organização com a incorporação de quadros de capacidade. Isto significa que há um crescimento da valorização desta tarefa reflexo de maior compreensão da necessidade de "Cuidar mais e melhor do Partido".

Atuação consciente e organizada

RENATO RABELO*

A ação consciente para a mudança e melhoria das condições de vida e trabalho é premissa fundamental do marxismo. A essência da teoria fundada por Marx e Engels é a transformação do mundo, buscando vida harmônica na sociedade e na natureza, a práxis.

Nas condições do capitalismo, essa atuação, para ser consequente e eficaz, tem que envolver a ação conjunta das classes sociais interessadas na transformação da sociedade. Tem que ser **partidária**. Foi essa compreensão que levou o proletariado a organizar-se em partido político e desenvolver alianças com outras classes e setores sociais descontentes com o capitalismo.

Em longa trajetória histórica, o proletariado organizou-se no Partido Comunista, buscando a conquista do poder político em aliança com o campesinato, e colocando o socialismo como a tarefa imediata para levar a sociedade a um estágio superior de organização e convivência, sem exploração do homem pelo homem e sem classes sociais: o comunismo. O Partido Comunista é um instrumento de transformação da sociedade. Expressa a vontade coletiva dos proletários no seu projeto revolucionário. É a atuação consciente dos que compreendem que, sozinhas, as pessoas são impotentes para transformações de grande magnitude nas relações econômicas, culturais, sociais etc.

Militar no Partido Comunista significa atuar organizadamente com outras pessoas que objetivam a transformação revolucionária da sociedade. Hoje significa retomar o processo revolucionário, inaugurado pela Comuna de Paris em 1871 e iniciado pela Revolução Russa de 1917 visando a superação da sociedade capitalista. Significa, na atuação co-

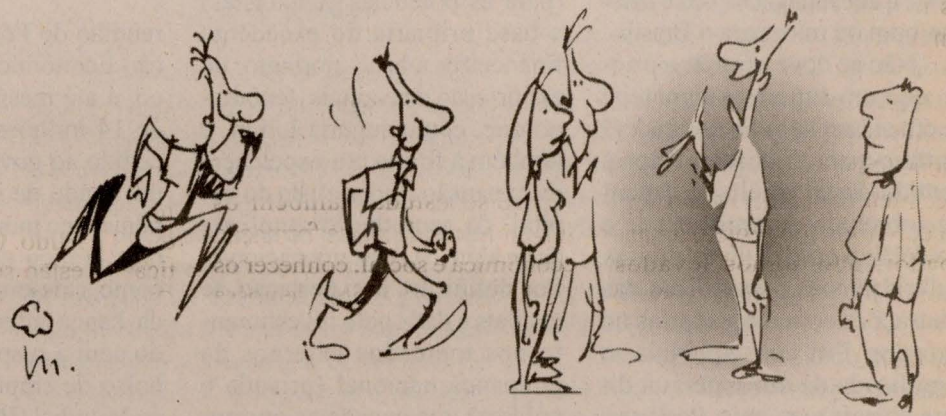
tidiana, ter a perspectiva programática do socialismo - envolver o encadernamento de um conjunto de lutas políticas, econômicas e sociais que objetivam a substituição do capitalismo por uma forma superior de organização social.

A militância comunista se dá através da participação numa organização do Partido - e desenvolvemos hoje um empenho especial para que todos os comunistas façam parte de um organismo partidário. Coletivamente, os comunistas, tendo como referência seus objetivos, analisam a sua área de atuação, estabelecem planos e metas a serem alcançadas. Buscam resposta para a solução dos problemas do dia-a-dia do povo, vinculando esses problemas com a perspectiva de mudança da sociedade. Fazem o elo entre a luta específica e o objetivo programático, o socialismo.

Em nosso país, hoje, a atuação cotidiana envolve a luta contra a política neoliberal e entreguista do governo de Fernando Henrique Cardoso, e o trabalho de conscientização e organização constante dos trabalhadores e da população para a luta social, econômica e política transformadora.

A atuação no organismo partidário é a chave para a mobilização do povo em todo o lugar, visando a construção do projeto revolucionário. O Partido Comunista, além de ser o instrumento político e ideológico da transformação radical da sociedade, é também a **forma organizada superior** de atuação do proletariado na luta pelo poder político. Por isso, militar no PCdoB é fundamental. É a ação política consciente, coletiva e organizada para a construção de uma nova sociedade, digna, justa, socialista. Daí o nosso empenho: **nenhum filiado fora de organismo partidário; nenhum filiado sem militância**.

* Vice-presidente e secretário de Organização do PCdoB



Contribuição militante, um dever partidário

RONALD FREITAS*

Reza os nossos estatutos nos seus art. 6º e 9º letra "I" que se é plenamente membro do Partido quando se paga as mensalidades estabelecidas. Ao longo dos últimos anos, essa norma não foi exigida, deixando-se que cada militante se comportasse de acordo com sua vontade no que diz respeito ao item "pagar as mensalidades estabelecidas". A repetição desse comportamento, da não exigência do pagamento, por parte das direções, acabou gerando uma situação onde o que, a princípio, era lacuna a ser preenchida, virou uma "cultura", hábito, e não contribuir regularmente com o Partido, para a maioria dos seus membros, passou a ser norma. Aquela letra "I" do artigo 9º, virou literalmente, letra morta.

Com o lançamento do Sistema Permanente de Contribuição do Militante, instalou-se uma viva discussão acerca da contribuição militante, e o Partido, através do carnê e de outros instrumentos, colocou nas mãos dos militantes cadastrados um mecanismo eficiente e simples, para que esse efetivasse sua contribuição.

O programa já completou o seu primeiro ano, e um dos pontos destacados do balanço desse período é que conseguimos colocar na "agenda" das discussões partidárias a questão da contribuição militante como uma questão de co-ideológica, indicadora do grau de or-

ganicidade do nosso Partido e reveladora do grau de adesão ideológica para com o Partido por parte da militância.

A implantação do Sistema Permanente de Contribuição do Militante vem revelando-se uma complexa atividade partidária onde a mudança da "cultura" do não é necessário contribuir, para a de "é necessário contribuir" exige um grande tensionamento do coletivo partidário e um importante grau de mobilização das direções e bases. Neste segundo ano da implementação do Sistema Permanente de Contribuição do Militante, colocamos como alvo a integração de todos os membros de direção em todos os níveis no Sistema, além dos que já contribuem. Já foram enviados carnês, correspondências, realizados ativos e reuniões com Direções Estaduais. O processo de mobilização está deflagrado. Alguns Estados discutem organicamente o plano, traçam metas e tomam medidas, tais como: cartas mobilizadoras, telemarketing, reuniões de organismos de base, tudo com o objetivo de atingir as metas estabelecidas.

No último Ativo Nacional de Finanças, realizado em Brasília, discutiu-se exaustivamente essa atividade. Agora cabe "arregaçarmos as mangas" e levarmos em frente a sua implementação, que não tem dúvida, irá mudar uma verdadeira tradição da contribuição!

* Tesoureiro do PCdoB

PCdoB

Militância exige estudo!

WALTER SORRENTINO*

"A prática é a base do conhecimento, no entanto, é a teoria que generaliza a experiência, revela as leis objetivas em atuação e dá ao homem a consciência da necessidade."

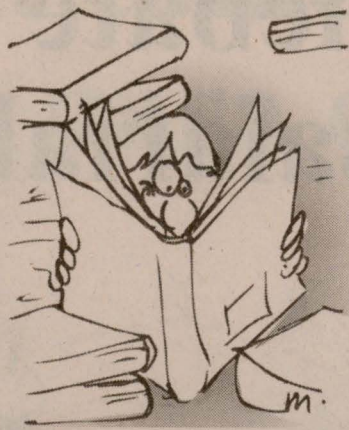
(J. Amazonas, in Os desafios do socialismo no século XXI)

Os comunistas sempre se caracterizaram por seu amor ao saber. A militância no partido é, de certo modo, também a busca por ampliar o horizonte de nossos conhecimentos científicos e aquisições culturais. Isso constitui o alimento espiritual da luta em prol do socialismo científico. Dá-nos os conhecimentos indispensáveis acerca da luta de classes e impulsiona-nos à frente da luta dos trabalhadores e do povo, o que confere à militância política um papel de expansão da personalidade e das aptidões de cada um de nós. Somos mulheres e homens de cultura, dispostos a apreender criticamente o que de mais universal nos foi legado pela criação humana.

Estudar é o meio fundamental de adquirir os conhecimentos indispensáveis, em ligação com os desafios da luta em cada situação. Por isso, estudar e lutar, lutar e estudar, são elementos constitutivos de nossa militância. Quando se tem esses conhecimentos essenciais, aumenta a convicção no projeto emancipador, não somos levados como folhas ao vento em meio às tempestades da luta de classes, nem somos presa fácil do ativismo que tudo almeja e nada alcança.

Estudar parece difícil – e de fato o é, no início. É a batalha por escalar as montanhas escarpadas do saber. Mas se se têm consciência de sua importância, com vontade, prática e ajuda coletiva, se transforma num saudável hábito. Como todas as atividades humanas, quanto mais organizado, mais eficientes os resultados. Então, o estudo se beneficia de estabelecer objetivos e metas razoáveis, meios adequados a cada um, conforme seu ponto de partida. Afinal, que dificuldade insuperável pode haver, na vida de um militante, dedicar, digamos, 2, 3 ou 5 horas semanais voltadas especificamente a uma leitura planejada? Pode-se perceber que, ao longo de um ano, muito progresso terá sido alcançado desse modo.

O valor fundante da condição de comunista se encontra na teoria formulada por Marx e Engels, desenvolvida por Lênin e outros revolucionários. Aí estão os pilares da ciência social avançada. São obras clássicas, que concentram os fundamentos científicos e ideológicos de nossa concepção da vida e da história da luta de classes. Mas eles não são tudo: exigem desenvolvimento criador aplicado à realidade do Brasil e do mundo neste fim de século. Por isso, é preciso estudar também os fundamentos de nossa formação econômica e social, conhecer os elementos formadores de nossa pátria e da rica experiência de luta de nosso povo. Essa é uma importante forma de desenvolver o marxismo, fazendo-o cor-



responder à nossa realidade contemporânea e às exigências reais de emancipação dos brasileiros. Os documentos partidários são o principal manancial da análise marxista-leninista sobre a realidade brasileira. São um tesouro ao alcance de todos nós, já que fomos todos nós que os aprovamos em nossas instâncias de direção. Estão aí para serem estudados com regularidade e frequência.

Já se vislumbram os primeiros alvares de que a terrível onda neoliberal encontrará resposta dos trabalhadores e dos povos. Precisamos preparar o partido para grandes embates que virão, retomando o ideal socialista renovado em meios à tendência transformadora que crescerá. A hora é propícia para estudar mais e mais, para enriquecer a luta com perspectivas mais elevadas. É felicíssima a iniciativa da campanha realizada no Partido. Orientações práticas já estão sendo dadas pela Comissão Nacional de Formação. Tomemos em nossas mãos o desafio.

*Membro do CC responsável pela Comissão Nacional de Formação

Divulgar nossa proposta política para setores amplos da população

PEDRO DE OLIVEIRA*

Um partido produz idéias, teses, projetos, programas; elabora propostas para toda a sociedade, e não apenas para o coletivo partidário, para sua militância. Um partido como o nosso procura soluções para os graves problemas que afetam a convivência humana. Elas só serão efetivas, só poderão ser aplicadas, se houver amplo consenso a respeito de sua necessidade, de que elas são oportunas e que haja possibilidade de sua aplicação. Muitas vezes, necessidade e oportunidade andam juntas – os problemas fazem parte do cotidiano, incomodam a vida (e comprometem a sobrevivência) da ampla maioria das pessoas, e muitas vezes todos compreendem que é preciso encontrar soluções para eles. O que falta, na maioria das vezes, é a consciência – na população – da possibilidade de aplicar soluções comumente encaradas como utópicas, inatingíveis ou mesmo fora de propósito.

Este é o papel da divulgação – a difusão, entre as pessoas, de idéias capazes de resolver de forma radical os proble-



mas que parecem insolúveis. Idéias que partem de uma vanguarda organizada, do Partido. Idéias que, por contraporem-se às idéias das classes dominantes, quase sempre parecem andar no contrafluxo do sentimento geral mas que, quando divulgadas com criatividade, com clareza, levando-se em conta os ambientes humanos onde circulam, podem ser compreendidas e incorporadas aos instrumentos de luta das classes populares, dos democratas, dos nacionalistas, daqueles que defendem o progresso social.

As idéias centrais dos pro-

gramas e documentos do Partido Comunista do Brasil são desse tipo e voltadas à divulgação dessa natureza. O Programa Partidário e o Programa Socialista para o Brasil objetivam a construção de um novo Brasil, justo e voltado para as necessidades de nosso povo. São documentos de natureza estrutural e, assim, permanentes. Há outros documentos, voltados à luta política imediata, conjuntural, à denúncia do neoliberalismo e do governo de traição nacional de Fernando Henrique Cardoso. Todos eles, voltados para o futuro ou para a luta imediata, partem de uma só concepção, a consciência da necessidade de mudanças profundas, de natureza revolucionária, na sociedade brasileira.

São essas idéias que, como sementes, só poderão frutificar se forem amplamente difundidas, contribuindo para forjar um novo consenso social, para criar a consciência de que os graves problemas nacionais só poderão ser resolvidos quando o povo tomar a história em suas mãos.

*Secretário de Agitação e Propaganda

Normas para as Conferências Estaduais do PCdoB

A Comissão Política Nacional do Comitê Central do PCdoB aprovou, dia 6 de fevereiro, as normas para a realização das Conferências Estaduais Ordinárias do Partido (Resolução nº 2/99). Elas ocorrerão no mês de julho, convocadas pelos Comitês Estaduais com antecedência mínima de 30 dias. O edital de convocação das Conferências Estaduais contendo dia, local, hora e pauta, será afixado nas sedes estaduais do Partido e publicado, se possível, em órgão de imprensa, devendo ser remetido a todos os Comitês do Partido no Estado.

Os delegados para as conferências são eleitos em Conferências Municipais, precedidas de Conferências Distritais ou de Empresas, onde houver, ou de Assembléias de Base para as quais são convocados todos os filiados. Nos municípios onde não houver Organizações de Base do Partido, Comitês Distritais ou de Empresa, a Conferência Municipal constituir-se-á pela Assembléia dos Filiados no Município. A eleição dos delegados será feita através de votações uninominais de acordo com o que prevê o artigo 18 do Estatuto do Partido.

As Conferências Estaduais instalam-se e funcionam estando presente a maioria dos delegados eleitos. Serão abertas e instaladas pelos presidentes dos Comitês Estaduais ou, nas suas ausências, por seus substitutos regimentais.

Temário e atas

A Conferência Estadual deliberará, obrigatoriamente, sobre pelo menos os seguintes temas:

- Tarefas políticas do Partido na atual conjuntura nacional e estadual;
- Plano de construção e estruturação partidária no Estado;

- Balço da atividade do Comitê Estadual;
- Eleição do novo Comitê Estadual.

Nos Estados em que os Comitês Estaduais sejam provisórios e tenham atingidos os preceitos estatutários (art. 20, parágrafos 4º e 5º), a Conferência Estadual deverá eleger o Comitê Estadual definitivo.

Das Conferências Estaduais serão lavradas em atas, que deverão conter pelo menos:

- Assinaturas dos participantes,
- Local, dia e hora da sua realização,
- Deliberações tomadas,
- Composição do Comitê Estadual eleito,
- Assinaturas, ao final, do presidente e do secretário dos trabalhos.

Cada Comitê Estadual estabelecerá a proporcionalidade do número de delegados à Conferência Estadual em relação ao número de participantes nas Assembléias de Base. A comprovação do número de participantes nas Assembléias de Base será feita, obrigatoriamente, através do preenchimento da Ficha Nacional de Filiação. Estas Fichas deverão ser enviadas ao Comitê Central preenchidas e atualizadas até, no máximo, 30 dias após a realização da Conferência Estadual através do programa de armazenamento de dados, Siscamid, versão 3.0.

Os Comitês Estaduais Provisórios exercerão todas as atribuições conferidas aos Comitês Estaduais. Os casos não previstos no Estatuto ou Regimento Interno do PCdoB, ou na resolução do Comitê Central, bem como as normas complementares, serão resolvidos pelo Comitê Central, pelas Comissões Políticas Estaduais, pelos Comitês Estaduais e pelas próprias Conferências Estaduais dos respectivos Estados.

ASSINE

15 edições
R\$ 15,00

Pagamento:

- cheque nominal
 dinheiro
 Cartão nº
Validade
 Vale postal nº
 Depósito na conta Ag.0251 -
C/C 48676-7 - Banco Itaú

A Classe
Operária



Rua Adoniram Barbosa, 53
CEP 01318-020 - São Paulo - SP
Tel. (011) 3104-4140
e-mail: classeop@ruralsp.com.br

Data da assinatura: ____ / ____ / ____

Nome: _____

Endereço: _____

Bairro: _____

Cidade: _____

Tel.: (____) _____

Profissão: _____

Data de nascimento: ____ / ____ / ____

CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

SINDICALISMO

Inflação traz debate sobre política salarial

GUIOMAR PRATES

No mês de maio acontecem as campanhas salariais de um grande número de categorias. Com a volta da inflação, ganha força o debate sobre a necessidade de uma política salarial de reposição inflacionária. A lei do Plano Real, em vigor desde 94, não prevê nenhuma espécie de reposição.

Os salários já foram acusados de serem os causadores da inflação ou, no mínimo, de alimentá-la. Agora que o real se desvalorizou e eles perdem ainda mais seu poder de compra, o governo volta com esse mesmo discurso e, de antemão, quer impedir a reposição salarial, alegando que alimentaria a inflação e indexaria a economia do país.

Wagner Gomes, da executiva nacional da CUT e coordenador da CSC (Corrente Sindical Classista) diz que os salários não são os causadores e sim vítimas da inflação. Para ele, a ameaça de desemprego, que dificulta a mobilização, não deve impedir a reivindicação do gatilho salarial. "O trabalhador sabe que pode ser demitido mesmo sem reivindicar e a tendência da inflação é de alta", afirma.

O assunto será um dos principais pontos das campanhas salariais. Centrais sindicais, ministros do Tribunal Superior do Trabalho e representantes dos empresários têm opiniões diferentes sobre o tema.

A direção nacional da CUT decidiu reivindicar aumento geral de 10% nos salários em 1º de maio. Além disso, defende um gatilho salarial que dispare a cada vez que a taxa de inflação chegue a 5%. Na avaliação da CUT, o aumento de 10% em maio, a ser aplicado para todos os trabalhadores, mantém o poder aquisitivo dos salários igual ao de 98.

A Central calcula que o aumento anula o pico inflacionário esperado para os próximos meses e que os 10% serão suficientes para compensar as perdas se a inflação do ano ficar em 16,8%, meta estabelecida pelo governo no acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). O



gatilho salarial é uma espécie de garantia caso a inflação ultrapasse este patamar.

O desemprego crescente vai ser uma pedra no sapato dos que lutam para preservar os salários. Governo e empresários já se utilizam da chantagem, ainda mais quando sindicatos importantes da CUT, como os metalúrgicos do ABC, negociam acordos de redução de salários em troca de manutenção de empregos. "Reconhecemos nossa dificuldade de mobilização com o desemprego, mas não temos como fugir de algo fundamental, que é a sobrevivência do trabalhador", diz o presidente da Central, Vicente Paulo da Silva. Segundo ele, "acordos de redução salarial preservam lucros e não empregos".

A Força Sindical, aliada do governo, defende o gatilho salarial toda vez que a inflação chegar a 10%. O presidente dessa entidade, Paulo Pereira da Silva, diz que os sindicatos ligados a ela darão uma trégua a Fernando Henrique até que a inflação chegue a esse patamar.

O ministro do TST, Almir Pazzionato, defende o abono salarial que, segundo ele, amenizaria as perdas salariais sem reindexação dos salários. Mas essa idéia

é rejeitada pelas centrais sindicais. A direção da CUT avalia que, pelo seu caráter transitório, o abono não é suficiente, pois os salários são corroídos todo mês.

Projeto de gatilho

A deputada Jandira Feghali (PCdoB/RJ) apresentou ao Congresso Nacional projeto de lei que dispõe sobre a concessão de reajustes aos salários dos trabalhadores do setor privado, ao salário mínimo e aos benefícios de prestação continuada da Previdência Social. O projeto assegura ao trabalhador, no período compreendido entre as datas-base de sua categoria profissional, a concessão de reajuste salarial, sempre que a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), apurado pelo IBGE, atingir o patamar de 5%.

Pelo projeto, no dia 1º de maio, os valores do salário mínimo e dos benefícios de prestação continuada da Previdência Social serão reajustados em percentual equivalente à variação verificada nos 12 meses anteriores. A partir da primeira revisão, serão reajustados sempre que a inflação atingir o patamar de 5%.

Maiores dificuldades estão nos setores industrial e público

No primeiro semestre do ano passado, dentre as 220 negociações coletivas acompanhadas pelo Banco de Dados do Dieese, 68% alcançaram correção salarial igual ou superior à variação do INPC/IBGE do período. Este resultado foi superior ao verificado nos primeiros semestres de 96 e 97. O quadro previsto para

1999, porém, não é tão positivo.

A avaliação dos técnicos do Dieese é de que as maiores dificuldades para a recomposição do poder de compra dos salários encontram-se nos setores industrial e público.

A redução nos postos de trabalho no setor industrial desloca a agenda da ne-

gociação na direção da manutenção do emprego. No setor público, os sucessivos ajustes fiscais e a reforma administrativa dificultam os processos de negociação que, muitas vezes, sequer resultam na assinatura de acordos coletivos de trabalho.

Aí, a limitação dos gastos com pessoal poderá significar mais cortes de postos de trabalho e de direitos sociais. Os governos estaduais alinhados com o governo federal, por exemplo, já tomam medidas neste sentido. Em São Paulo, o governador Mário Covas, através de decretos, determinou corte de 10% nos gastos de todas as secretarias e empresas públicas, além de proibir a continuidade do pagamento de participação nos lucros e resultados. Além disso, determinou a revisão de todos os acordos coletivos com a consequente retirada de conquistas que não estejam expressas em lei, de forma a ajustar os gastos com pessoal ao que existe no mercado. No mesmo mercado pressionado pelo desemprego e pela recessão.

Desmonte programado da Federação

SÉRGIO MIRANDA*

A população brasileira está assistindo a uma grave e explícita deterioração do conceito de Federação, consolidado e sacramentado na Constituição de 1988. A Carta Magna inovou, ao formalizar um pacto que considera os municípios unidades federativas e confere autonomia aos Estados, rompendo com a tendência autoritária da ditadura de concentração política e econômica.

E o governo de FHC retrocedeu, ao subordinar as unidades federadas à política de manobras fiscais e financeiras que confiscam recursos dos Estados e municípios para satisfazer os interesses do capital financeiro. A União tem sistematicamente recorrido a mecanismos de subtração de verbas, como o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), a Lei Kandir e não cumprindo a Lei do Fundef, que obriga a transferência de recursos da União para a educação fundamental dos Estados e municípios. Ao adotar essa postura de concentração de verbas nos cofres do Tesouro, FHC impõe à população um modelo de recessão programada, responsável pelo agravamento da crise social.

Artifícios governamentais

Outros afrontamentos ao pacto federativo estão expressos em alguns artifícios do governo FHC para arrecadar mais da sociedade e não precisar repassar para as unidades subnacionais. Ao obrigar a população a pagar mais contribuições sociais, como CPMF e Cofins, o governo não precisa recorrer ao aumento de impostos, medida que implicaria a "repartição do bolo" com Estados e municípios.

O movimento suscitado pela moratória mineira chamou atenção da opinião pública sobre a política recessiva do governo federal e a situação de falência dos Estados e municípios, que tiveram suas dívidas aumentadas em até cinco vezes na gestão FHC. Ao contestar a lógica da renegociação das dívidas, Itamar contraria o argumento do governo de que os Estados já foram beneficiados pelo acordo. Mas a política de "pai para filho" é uma grande balela, pois compromete até 13% das receitas estaduais com o impraticável pagamento das dívidas. A reação do governo foi a punição sumária, com os bloqueios ilegais das verbas federais para Minas, que fere o artigo 160 da Constituição que impede a União de se apropriar de recursos estaduais e municipais, como os impostos de renda (IR) e sobre produtos industrializados (IPI).

Constrangimento inaceitável

O objetivo da aliança FHC e FMI é desconsiderar os interesses e direitos dos Estados e municípios, retirando a autonomia dos governantes em fazer frente a seus compromissos sociais legitimados pelas urnas. Com os Estados réfens do modelo macroeconômico, gera-se um constrangimento político inaceitável a qualquer democracia, pois sujeita os prefeitos e governadores a cumprir uma agenda de desmonte social, com a imposição de programas de demissão voluntária, dilapidação do patrimônio público, com as privatizações, enxugamento da máquina, cortes drásticos nos gastos sociais. Tudo para equilibrar as contas públicas, levando o país para o fundo do poço.

* Deputado federal PCdoB/MG

Categorias e suas datas-base

Os meses de maio, setembro e novembro concentram as datas-base de categorias numerosas, que contam com sindicatos atuantes. A mobilização e os acordos coletivos dessas categorias servem de parâmetros para as demais profissões.

- | | |
|---|--|
| • Marco Portuários, Professores | • Agosto Correios, Autônomos do Comércio |
| • Mai Construção Civil, Motoristas, Engenheiros, Vigilantes, Saúde, Metroviários | • Setembro Bancários, Petroleiros |
| • Junho Eletricitários | • Outubro Papeleiros |
| • Julho Costureiras, Hoteleiros, Farmacêuticos | • Novembro Metalúrgicos, Químicos, Gráficos |
| | • Dezembro Aeroviários, Comerciais |

INTERNACIONAL

“Por uma Europa aberta aos povos e não uma Europa fortaleza”

Em visita ao Brasil, o economista Carlos Carvalhas, deputado na Assembleia da República Portuguesa e Secretário-Geral do Partido Comunista Português (PCP), inaugurou, dia 16 de março, em São Paulo, a sede do Centro Cultural 25 de Abril (data da Revolução dos Cravos). Na ocasião, concedeu a entrevista reproduzida nesta página. Em seguida, reuniu-se com o vice-governador Geraldo Alckmin e deu palestra na Câmara Municipal sobre “As relações entre Portugal e Brasil e a Unificação Europeia”. Viajou também para Brasília, Porto Alegre e Rio de Janeiro, onde realizou contatos políticos, palestras e entrevistas à imprensa e encontros com as direções nacionais do PCdoB, APDB e PT.

Quais as perspectivas da União Europeia com a crise desencadeada pela demissão por negligência e corrupção da Comissão Europeia?

Essa demissão em bloco da Comissão Europeia chama atenção para a falta de transparência da Comissão, que é poderosa e não é eleita, que está distanciada dos cidadãos. A Comissão tem o controle sobre muitas questões políticas e econômicas, mas sem nenhum controle democrático dos povos. Já havíamos alertado para esses fatos. Nossos deputados no Parlamento Europeu criticaram o fato de que esta Comissão era moribunda e votaram pela sua censura. A apresentação do relatório confirmou isso tudo.

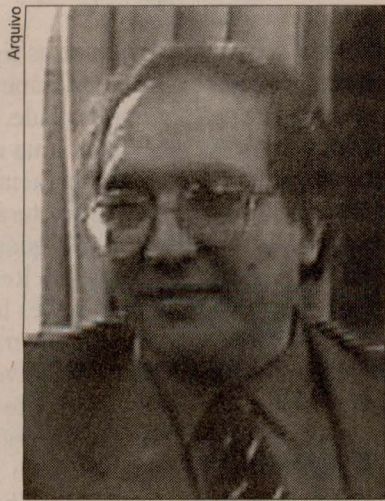
Qual sua opinião sobre o tratado de Maastrich?

Fomos contra o tratado de Maastrich, que impôs critérios que em vez de impulsionarem o desenvolvimento, travam os países. São critérios que podem ser bons para a Alemanha, mas são ruins para Portugal. Portugal

cumpriu esses critérios sem ter de contrair muito a economia, porque vendeu empresas públicas muito rentáveis e, com isso, aliviou o orçamento do Estado. Mas usemos o exemplo de uma família em dificuldades: quando se está vendendo as jóias, as coisas não parecem tão difíceis, o problema é quando o patrimônio se esgota e não tem mais nada para vender... Esses critérios continuam em vigor. Pretendem aproximação das taxas de inflação, do déficit orçamental, aproximação da dívida pública entre todos os países da UE, mas não de desenvolvimento. É importante ressaltar que os critérios dos tratados da União Europeia têm sido importantes para criar uma moeda. Mas a moeda por si não promove desenvolvimento. Há diferenças de nível de desenvolvimento em Portugal e outros países. Defendemos a aproximação dos níveis de desenvolvimento entre os países e as diversas regiões. Desenvolvimento não só econômico, mas também social e ambiental, desenvolvimento dos direitos de cidadania. A questão da soberania também tem de ser considerada. Não gostaria que Portugal se transformasse apenas numa região sem rosto, comandada pelo capital financeiro.

E a chamada “terceira via”, como ela é encarada pelo PCP?

É uma forma de neoliberalismo. Olhando para Toni Blair, a chamada “terceira via” é o neoliberalismo “com as calças do senhor Blair no lugar da saia da senhora Thatcher!”. Ele diz que vai criar algumas vagas para aqueles que ficam à margem do sistema... uma espécie de disquete 190 (chamada de emergência). Estamos em um mundo com grandes avanços científico-tecnológicos e o neoliberalismo não



Carvalhas, dirigente do PCP

representa perspectiva nova. Que humanidade é essa que vai chegar no próximo século com as chagas mais terríveis, como o desemprego, sem solução?

Como estão os índices de desemprego em Portugal?

Os dados oficiais do emprego/desemprego em Portugal não são confiáveis. Dizem que foram criados empregos na agricultura, que, sabemos, vive uma grande crise. Os trabalhadores perdem o emprego na indústria e voltam ao campo. Para os pesquisadores, basta atuar por duas horas, que é considerado empregado. Por isso, o baixo índice anunciado é uma farsa. Além disso, o governo promove um ataque sistemático aos sindicatos, com a perda de direitos dos trabalhadores. O direito ao emprego é virtual: a maioria não tem acesso ao emprego. Quando tem acesso, não tem direitos, com trabalho precário e baixos salários. As portas estão cada vez mais fechadas à juventude.

E a reforma agrária em Portugal?

Em Portugal foi liquidada a reforma agrária. Algumas coisas se mantêm, mas em grande parte as conquistas da Revolução

dos Cravos foram destruídas. Quem conheceu terrenos cultivados com grande produção, cooperativas, supermercados, hoje vê campos abandonados. A figura do latifundiário nunca esteve tão bem quanto agora. A situação é tão grave que não só nós levantamos hoje a bandeira da reforma agrária. A Igreja também defende. O próprio Partido Socialista afirmou recentemente que, caso fosse governo no futuro, faria uma reforma agrária para o século XXI. Setores que estiveram contra a reforma agrária em todo século XX hoje falam em reforma agrária no século XXI? Apenas como discurso para enganar os cidadãos...

Como o senhor avalia o governo FHC?

Não conheço bem toda a situação brasileira. Pelo que leio e conheço, creio que a política aqui implementada é neoliberal, que tende a concentrar a riqueza, acentuar a desigualdade e não dar resposta aos problemas. Em Portugal, defendemos um novo rumo para a União Europeia e uma virada à esquerda para nosso país. Em relação ao mundo não é nenhuma modernidade entrar no século XXI com tantas desigualdades sociais.

No contexto do neoliberalismo, o que o senhor acha do caminho da oposição no Brasil?

Não compete a mim dizer o que os outros devem ou não fazer. Creio que os povos lutam quando há um contraste muito grande entre a pobreza e a riqueza, que se revela nos problemas sociais, na violência - sinais de uma sociedade doente. De forma organizada ou muitas vezes espontânea, as sociedades lutam. A oposição procura dar uma forma organizada, o mais possível, a essa luta, através de propostas.

Como é a participação do Partido Comunista Português na vida do país?

Somos uma força com grande influência social, nos sindicatos, na confederação dos agricultores, mas ainda com menor influência eleitoral. Tivemos 9% nas eleições legislativas há quatro anos. E nas eleições para prefeituras tivemos 11,5%. Temos governado Lisboa em coligação com o Partido Socialista. Nosso último Congresso contabilizou 150 mil militantes. Não contando com a Juventude Comunista, que terá seu congresso por estes dias. Este ano a Juventude já tem 500 novos militantes. Ano passado, no Partido, adentraram mil novos militantes (com menos de 30 anos).

Você tem dito que mais importante do que a frente institucional é o trabalho de massas do Partido. Como se relacionam estas duas tarefas?

Continuamos a pensar que o que é determinante é o trabalho de massas. E as duas tarefas se entrosam de forma dialética. A luta institucional pode potencializar o movimento popular. Quando a luta institucional é desligada do resto é que é o problema. Temos encarado a luta institucional e as reivindicações que têm a marca da luta em contato muito estreito com os cidadãos, seja na Assembleia da República ou no Parlamento Europeu. Levantamos propostas institucionais como a da diminuição de impostos para os de menor renda, a assistência mais eficaz às demandas saúde, dentre outras, com sucesso. O que de mais importante para o povo se aprovou em Portugal, nos últimos tempos, tem a marca dos comunistas portugueses. Nós lutamos nas instituições e fora delas.

Perspectivas do Mercosul diante da crise brasileira

ALDO REBELO*

Apesar do empenho do governo brasileiro em demonstrar que a crise por que passa o país, particularmente a brusca desvalorização do real, não põe em risco o Mercosul, evidenciou-se, nas últimas semanas, a fragilidade e o enfraquecimento da união aduaneira formada pelo Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai.

Desde 1991, quando foi assinado o Tratado de Assunção, que criou o Mercosul, até 1997, as trocas comerciais entre os países do bloco aumentaram quase 300%, passando de 5,1 bilhões de dólares para 20 bilhões de dólares. As correntes de comércio, entretanto, particularmente entre o Brasil e a Argentina, têm apresentado um comportamento cíclico. No triênio 1992/94, o Brasil apresentou um superávit de pouco mais de 2,7 bilhões de dólares. No triênio 1995/97 o fluxo inverteu-se e o Brasil apresentou um déficit comercial com a Argen-

tina de mais de 4,5 bilhões de dólares. O Brasil absorve, hoje, cerca de um terço das exportações argentinas.

Com a desvalorização do real a tendência é do superávit comercial argentino em relação Brasil converter-se novamente em déficit. Com a paridade de um peso para um dólar, a Argentina não pode absorver a desvalorização da moeda brasileira com um ajuste no câmbio em relação ao real que sustente a competitividade de seus produtos no mercado brasileiro.

A reação do governo argentino diante do novo quadro evidencia que os rumos da integração regional são incertos. Preocupado em defender a economia das flutuações cambiais dos principais parceiros comerciais, o presidente Carlos Menem passou a defender a idéia de uma dolarização total da economia argentina, com a substituição do peso pelo dólar. A concretização de tal propósito, evidentemente,

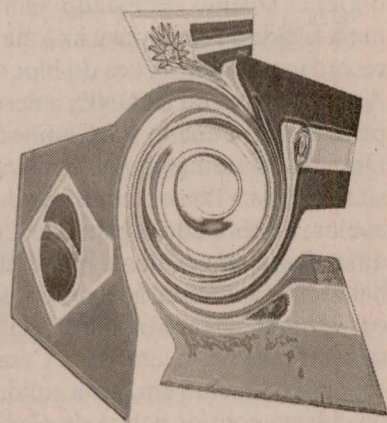
seria uma ameaça à própria sobrevivência do Mercosul.

As dificuldades de consolidação do Mercosul se devem a que a política de comércio exterior não pode tornar-se o eixo de inserção internacional. Sem uma política industrial ativa, estabelecendo diretrizes e objetivos em torno de uma estratégia que persiga a competitividade sistêmica e a criação ou manutenção de vantagens comparativas em setores ou indústrias predeterminados, a maior abertura pode produzir efeitos regressivos sobre a estrutura industrial, principalmente frente a políticas macroeconômicas recessivas, como é o caso atual. E isso é tão verdadeiro para cada um dos países participantes do bloco, como para o bloco como um todo.

O grande equívoco do Brasil, da Argentina e demais parceiros do Mercosul foi acreditar na pregação neoliberal de que o livre comércio é por si mesmo garantia de progresso

econômico. Em mais de 300 anos de história do capitalismo mundial não há a menor demonstração histórica de que isso seja verdade. Ao contrário, a história dos países ricos tende a mostrar que eles se tornaram defensores do livre comércio global só depois de alcançar altos níveis de produtividade. Aliás, não é preciso ir muito longe para perceber o cinismo da pregação neoliberal. Entre 1990 e 1996, as importações do Mercosul procedentes da União Europeia cresceram 274% e as exportações do Mercosul para a UE aumentaram apenas 25%.

O Mercosul somente terá futuro se conseguir ir além de um simples estágio do processo de globalização da atividade econômica mundial impulsionado pela ação individual de grandes grupos nacionais em busca do lucro, atacados pela competição, com o propósito de criar espaços econômicos mais homogêneos para facilitar o seu



domínio sobre o mercado mundial. É preciso que seja, antes de tudo, o resultado da ação consciente de forças políticas motivadas por interesses nacionais elevados, pela ampliação recíproca do bem-estar de seus povos e respeito às diferenças de nível de desenvolvimento econômico e culturais. Caso contrário, o destino do bloco de Livre Comércio das Américas (Alca), sob o domínio dos Estados Unidos.

* Deputado federal PCdoB/SP

INTERNACIONAL

Sindicalistas em julgamento na Bélgica

MATHIEU RAVIGNAT, OTTAWA*

No dia 26 de novembro teve início na Bélgica um longo caso judicial contra 13 trabalhadores da Clabecq Forges.

Desde 1992, 2 figuras têm sido o coração da luta de classes na Bélgica: Roberto D'Orazio e Sílvio Marra. As similaridades entre eles são muitas. Ambos foram eleitos pelos trabalhadores da fábrica de Clabecq para o maior Sindicato Socialista da Bélgica, o FGTB. Ambos são filhos de imigrantes italianos e marxistas-leninistas que entraram em contato com as idéias revolucionárias na mesma época, ao final dos anos 60 e início da década de 70. Além disso, os dois estão envolvidos com o MRS (movimento de renovação sindical), uma espécie de grupo de esquerda que está tentando, juntamente com os sindicatos existentes, reunir os trabalhadores para o fortalecimento do sindicalismo militante.

Desde que foram eleitos representantes do FGTB, em 1992, D'Orazio e Marra vêm agitando, orientando e organizando as massas, preparando-as para o eventual fechamento da Clabecq Forges, o que se reflete na intensa atividade de suas bases. Nos últimos anos, o sindicato participou de quase todas as lutas das classes trabalhadoras do país, incluindo as relevantes lutas reivindicatórias dos professores e estudantes. Foi também o primeiro sindicato de classe que fez um seminário contra o racismo e o primeiro a assinar pela maioria indiscutível de seus

associados (75%) uma petição demandando que o governo conceda a cidadania belga a todos os imigrantes que estejam morando na Bélgica há 5 anos ou mais. O sindicato lançou campanhas e instaurou ações judiciais contra indivíduos ou grupos que têm distribuído panfletos fascistas e racistas, inclusive membros do Vlaams Bolch e da Frente Nacional da Bélgica.

Quando o governo social democrata da Valônia anunciou que fecharia a fábrica (responsabilizando os cortes nos subsídios exigidos pela União Européia pelo fechamento) e que um presídio seria construído no local, os trabalhadores estavam prontos para a luta. Após importantes confrontos com as autoridades e a polícia, o sindicato passou para a ofensiva. Criou um movimento que culminou na marcha de Clabecq, com cerca de 70 mil trabalhadores nas ruas, ocupando efetivamente toda a cidade, que está a apenas 70km do governo local europeu. À frente dos manifestantes, D'Orazio, um excelente orador, declarou que já era tempo dos trabalhadores de toda a Europa se unirem para derrotar o imperialismo e tomarem para si o que lhes é de direito através de seu trabalho, exigindo uma economia controlada pela classe trabalhadora não só na Bélgica como também em toda a Europa.

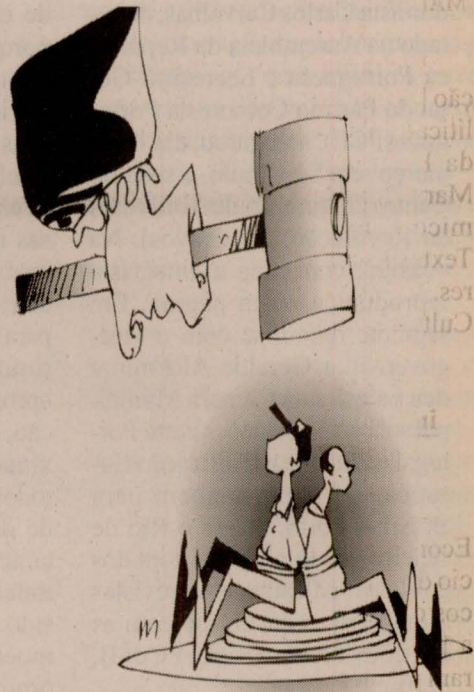
Com o apoio da população de todo o país, sobretudo dos trabalhadores, D'Orazio e outros doze militantes tor-

naram-se as figuras-chave de um modelo de militância sindicalista. Ao ganhar popularidade, essa militância encontra também uma resistência feroz por parte da aristocracia operária da Bélgica. Desde a reabertura da Clabecq Forges, tanto D'Orazio quanto Marra foram expulsos do FGTB. Responsabilizando-os pelas más relações trabalhistas, a liderança do sindicato os tratou continuamente como a uma "isca vermelha", a partir do momento em que um novo acordo administrativo foi assinado em Clabecq. O resultado disso foi uma nova política de "caça aos cabeças" implantada pela liderança do FGTB, que jurou expurgar qualquer membro do Partido dos Trabalhadores da Bélgica.

Essa luta entre a militância socialista e a liderança social democrata colaboracionista é precisamente o que torna esse caso tão crucial. O que estamos vendo na Bélgica pode ser a primeira luta do século XXI na Europa, tendo os próprios trabalhadores revolucionários contra a ala da direita da social democracia.

Por todo o mundo, o relacionamento do modelo social democrata com as classes trabalhadoras tem sido desprezível. Como um apêndice do capitalismo em crise, esse modelo não pode mais justificar as políticas colaboracionistas que são a coluna dorsal de sua ideologia.

Isso leva os trabalhadores a se fortalecerem em torno de um sindicato com o perfil de uma luta de classes com orien-



tação socialista e que tenha no coração os interesses de longo prazo das classes trabalhadoras. É precisamente esse formato de sindicalismo que está em julgamento no tribunal de Nivelles, não 13 criminosos como a direita belga pressiona a população a acreditar.

(Agradecemos ao jornal *Solidaire* do PTB – Partido do Trabalho da Bélgica – por algumas informações fundamentais para esse artigo.)

* Do Partido Comunista do Canadá
Tradução de Maria Helena D'Eugenio

Do ataque à cidadela cubana à mitificação dos "dissidentes"

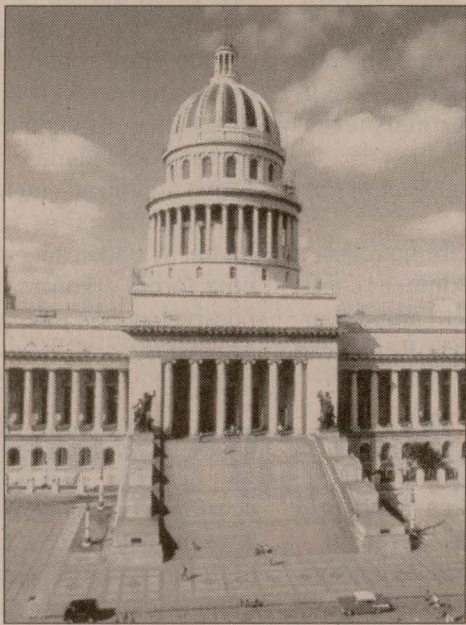
MIGUEL URBANO RODRIGUES

De repente, as cadeias de televisão e a chamada grande imprensa da Europa, dos EUA e da América Latina desencadearam uma poderosa ofensiva contra Cuba e a sua Revolução.

O pretexto invocado para esse bombardeio midiático contra a Ilha, as suas instituições e os dirigentes do Partido e do Estado é a condenação de quatro *dissidentes*. O governo anunciou as condenações no dia 15 de março.

Os êxitos alcançados por Cuba em 1998 na frente diplomática foram tantos e de tal magnitude que a Casa Branca e o Departamento de Estado sentiram a necessidade de contra-atacar. Vale a pena recordar as condenações do bloqueio na Assembléia Geral da ONU, a derrota da projeto anti-cubano na Comissão dos Direitos do Homem, em Genebra, a visita do Papa à Ilha e o conteúdo dos seus apelos, e sobretudo o papel de Cuba na dinamização do combate mundial à globalização capitalista. Nos próprios EUA, os clamores contra o bloqueio na imprensa começavam a incomodar a Casa Branca, num momento em que a solidariedade cubana com os países do Caribe devastados pelos últimos furacões contribuía para aumentar o prestígio da Revolução Cubana na América Latina.

Washington elaborou uma estratégia ofensiva ambiciosa. Um dos seus objetivos é esvaziar de significado e desacreditar a próxima Cúpula Ibero Latino-americana. Os EUA fizeram tudo o que estava a seu alcance para impedir que a sede dessa conferência fosse Havana. Mas não conseguiram o que pretendiam. No Porto, foi confirmada, por unanimidade, a decisão tomada na reunião da Ilha Margarita. Os chefes de Estado e de governo da América Latina, de Portugal e Espa-



Capitório de Havana: ilha é símbolo de resistência ao neoliberalismo

na não somente vão reencontrar-se em novembro de 99 na capital cubana, como aprovaram a agenda proposta por Fidel Castro. Ora esse tema – os riscos de uma crise econômica mundial e as suas conseqüências na América Latina – incomoda muito os EUA, cujo governo teme o protagonismo de Cuba na denúncia das responsabilidades norte-americanas na imposição das políticas irracionais do neoliberalismo ortodoxo. No início do ano 2000, economistas de todo o mundo voltarão a Havana para aqui debater a problemática da globalização. Para a administração Clinton é importante, nas vésperas de um ano eleitoral, tentar impedir que a Revolução Cubana, em vez de se desgastar, se fortaleça e assuma um papel de liderança no combate ao neoliberalismo.

O julgamento dos quatro *dissidentes* pareceu adequado como tema suscetível de oferecer a alguns presidentes ar-

gumentos para justificarem a sua não comparência na cimeira.

Colaborador da chamada Rádio Martí, montada e financiada pelo governo federal dos EUA com o objetivo de hostilizar a Revolução Cubana, Vladimiro Roca apoiou e assinou apelos que incitaram à prática do terrorismo. Defendeu a internacionalização do bloqueio e lançou advertências ameaçadoras a empresas estrangeiras que investem em Cuba. Durante o primeiro semestre de 1997, a Rádio Martí transmitiu 71 vezes declarações suas gravadas. Beatriz falou 24 vezes à mesma emissora, René Gomes 13 e Bonne Carcasses 12. Numa declaração subscrita pelos quatro, amplamente difundida pelas organizações terroristas, os quatro condenaram o assalto a Moncada, qualificando-o como "um dia lutooso e fratricida" da história cubana. O desembarque do "Granma" e a epopéia da Sierra Maestra surgem também aos olhos dos quatro *dissidentes* como acontecimentos deploráveis. Estigmatizam-nos em documentos que firmaram. As ligações conspirativas que mantiveram durante anos com cabecilhas de grupos terroristas controlados pela CIA, como os *Jovenes de la Estrella* – organizadores de atentados e crimes em que morreram muitos cubanos – e os *Hermanos al Resgate*, não eram apenas de natureza sentimental e de raiz ideológica.

Roca e os seus três companheiros eram generosamente pagos pelas atividades contra-revolucionárias que desenvolviam no interior do país. Tudo isso ficou claro e provado no julgamento que tamanha indignação levantou de Nova Iorque a Paris, de Madri a Bruxelas. Roca e seus companheiros foram durante anos diretamente ou indiretamente empregados do governo norte-americano. Recebiam dinheiro para cumprir ta-

refas que em qualquer país são punidas por configurarem o crime de traição à pátria. A prática de atos de espionagem menos graves do que os seus implica nos EUA a aplicação de pesadas penas.

Entretanto, os mesmos *media* que fizeram dessa audiência um acontecimento mundial erigindo em mártires da democracia quatro aventureiros contra-revolucionários, prestaram atenção mínima ao julgamento do terrorista salvadoreño Cruz Leon que, em 1997, pago por gente da Fundação Cubano Americana de Miami, colocou em hotéis e restaurantes de Havana engenhos explosivos que mataram um turista e feriram outras pessoas. O tema foi considerado desinteressante.

Desmascarar esta gigantesca e farsaica campanha contra Cuba e a sua Revolução tornou-se uma exigência ética e política. Nunca é excessivo lembrar que a Revolução Cubana é imperfeitíssima e tem consciência dos seus múltiplos erros, de graves mazelas sociais e insuficiências. A verificação dessa evidência não deve impedir o reconhecimento de que a resistência do povo cubano ao cerco e acosso imperialista configura um acontecimento de extraordinário significado para a humanidade. Numa época de medos difusos, de apatia, de sacralização do dinheiro, na qual uma potência hegemônica desenvolve no seu relacionamento com o mundo uma política assente no assalto à razão e no culto da irracionalidade, Cuba tem feito no seu combate mais do que o suficiente para merecer o respeito e a solidariedade dos homens e mulheres que amam a liberdade. A luta pela preservação desta Ilha emerge afinal, como a cidadela que tenta preservar valores eternos da condição humana ameaçados pela barbárie norte-americana.

CDM
Fundação de Documentação e Memória
Maurício Grabois

FORMAÇÃO

Estudos econômicos de Marx

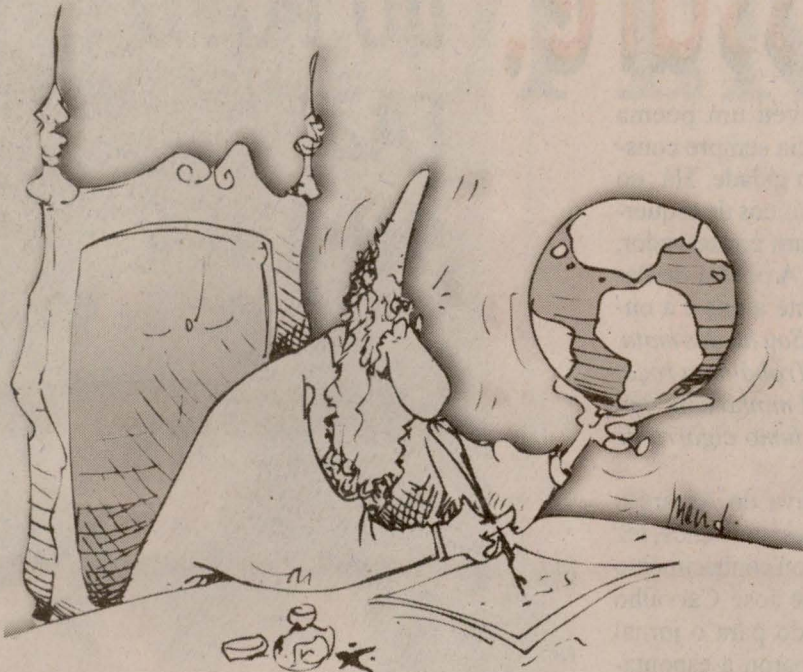
MADALENA GUASCO PEIXOTO

Ficha de leitura: Introdução [À Crítica da Economia Política] e Prefácio Para a Crítica da Economia Política – Karl Marx. In: Manuscritos Econômico – Filosóficos e Outros Textos Escolhidos. Os Pensadores. V. XXXV. São Paulo, Abril Cultural. Julho de 1974.

Texto & contexto:
introdução [à crítica da economia política]

– A Introdução À Crítica da Economia Política marca o início dos apontamentos econômicos de Marx, dos anos de 1857 a 1958. Estes apontamentos foram publicados, em seu conjunto, pela primeira vez em 1939 em Moscou. No entanto a Introdução foi descoberta em 1902, entre os manuscritos deixados por Marx, e publicada pela primeira vez por Kautsky, na revista "Die Neue Zeit" em 1903.

– Esta introdução é mencionada por Marx no Prefácio de "Para a Crítica da Economia Política". No entanto o título "Introdução à Crítica da Economia Política" não foi dado por Marx, mas representa o título outorgado à obra em sua primeira publicação, tornando-se depois disso seu título tradicional. O texto original não foi preparado por Marx para ser publica-



do. Por este motivo, quando deparamos com suas várias publicações encontramos palavras entre colchetes, que não fazem parte do manuscrito, mas que foram incluídas na publicação para melhorar a compreensão do texto original. Encontramos ainda palavras entre parênteses, que são do próprio autor, ou traduções para o português de expressões estrangeiras contidas no texto original.

– A importância desta obra reside fundamentalmente na elaboração, aplicação e precisão das categorias do método dialético do movimento histórico transformado em instrumento metodológico do estudo da eco-

nomia política. O que se encontra nesta Introdução será depois retomado por Marx no Capital de maneira mais precisa e conectada. No entanto, é somente nela que encontraremos, destacada pelo autor, uma exposição teórica do método da economia política. Se não fosse por outros elementos, somente esta exposição do método já tornaria esta obra fundamental.

Texto & contexto:
prefácio para a crítica da economia política

– A brilhante obra Para Crítica da Economia Política representa um importante marco na

construção da economia política marxista, tendo sido escrita no período de agosto de 1958 a janeiro de 1959.

– Engels, na resenha que escreveu para o Volk (MEW.13,486), ressalta o significado deste livro para o "partido proletário alemão" e o método da "dialética materialista" empregado. A realização de toda a obra, da qual aqui nos referimos apenas ao prefácio, custou a Marx um trabalho de 15 anos, durante os quais estudou uma enorme quantidade de literatura sócio-econômica e elaborou as bases de sua própria teoria econômica.

– Marx, ao escrever para Engels em 22 de julho de 1859, assinala: "No caso de que escrevas algo [sobre o livro], não deves esquecer: 1º - que o proudhonismo é aniquilado em suas bases, 2º - que exatamente na forma mais simples, a forma de mercadoria, é analisado o caráter especificamente social da produção burguesa, mas não se trata de forma alguma de seu caráter absoluto." Marx refere-se neste trecho enviado para Engels à importância teórico ideológica da obra. [Proudhonismo: liga-se a Proudhon (1809 – 1865). O proudhonismo difundiu-se amplamente na França. Pode-se dizer que se tratava de ideologia pequeno-burguesa, que sonhava em perpe-

tuar a pequena propriedade privada, criticando a grande propriedade capitalista de um ponto de vista pequeno-burguês. Propunha reformar o regime capitalista e colocar em seus fundamentos a pequena propriedade privada. Proudhon propunha entre outras coisas a organização de um Banco Popular Especial que supostamente, através do "crédito gratuito, como ele chamava, ajudaria os operários a se converterem em pequenos proprietários e terem eles próprios os seus meios de produção. A crítica de Marx à Proudhon assumiu profundidade teórica na medida que o estudo da economia política em geral e da economia política do capitalismo em particular colocaram abaixo as teses defendidas por Proudhon. Mas a crítica de Marx à Proudhon teve também profundo caráter ideológico. Isto porque representou um profundo embate com as idéias pequeno-burguesas defendidas na época pelos socialistas utópicos (entre os quais Proudhon), idéias estas que causavam confusão ideológica e contribuíam para manter a classe operária dividida em escala nacional e internacional. Isto numa época na qual já se amadureciam as condições para a sua unidade.]

CONTINUA NA PRÓXIMA EDIÇÃO

HISTÓRIA DA LUTA PELO SOCIALISMO

A Revolução Chinesa

BERNARDO JOFFILY

O evento revolucionário mais importante do século 20, depois de 1917, foi o triunfo da Revolução Chinesa, em 1º de outubro de 1949. Com ele, a velha China semicolonial e semifeudal deu lugar a uma nova China, democrático-popular, sob a direção do Partido Comunista Chinês (PCCh).

A transformação no país mais populoso da Terra tomou impulso no início do século. O império manchú, sustentáculo da ordem feudal e submisso às potências imperialistas que garroteavam a China, veio abaixo com a Revolução Democrática de 1911. À sua frente estava o Kuomintang (Partido do Povo do País) de Sun Yat-sen (1866-1925) – um intelectual convertido ao cristianismo, progressista, após 1917 aliado à Rússia Soviética.

Mao Tsetung e a linha da guerra popular

No entanto, a queda do imperador não levou a uma nova ordem estável. O Kuomintang só governava uma pequena parte da China. O restante fi-

cou à mercê dos chamados *senhores de guerra*, chefes militares (em geral senhores feudais) que faziam a lei graças a exércitos privados. Em meio a um nascente movimento operário, agitações estudantis (Movimento 4 de Maio) e levantes camponeses, Sun Yat-sen lançou a Expedição ao Norte – uma operação militar contra os *senhores de guerra*. Dela participava o jovem Partido Comunista da China (PCCh), fundado por intelectuais em 1921. Em 1927, Chiang Kai-shek, sucessor de Sun Yat-sen no Kuomintang, deu uma guinada à direita, massacrando os comunistas nas cidades e os movimentos camponeses, e unificou o país sob uma ditadura militar, com apoio anglo-americano. O PCCh resistiu em suas bases camponesas, no Sul: a guerra civil entrava em uma nova etapa (1927-1937).

Nessa fase, começaram a sobressair no partido as idéias de Mao Tsetung (1893-1976). Se a maioria da direção adotava uma via do tipo russo – insurreição urbana com base operária –, Mao, com base nas particularidades chinesas,

apontava outra linha. Na China, dizia ele, a revolução armada combate desde o início a contra-revolução armada. O proletariado e seu partido têm a direção, mas a força principal vem dos camponeses (80% da população). O caminho não é a insurreição, mas a guerra popular, prolongada, partindo do campo para cercar as cidades, recorrendo à guerrilha e à guerra de movimento.

Estas posições vingaram após o Exército Popular revolucionário sofrer uma profunda derrota militar, em 1934, tendo de abandonar suas bases no sul, na célebre Grande Marcha (mais de 10 mil km). Já sob a direção de Mao, formaram-se novas bases de apoio camponesas nas montanhas de Yen-an.

A vitória de 1949, no quadro da Guerra Fria

Por esta época a situação sofreu uma mudança de fundo: o Japão militarista, aliado de Hitler (ver o artigo 11) ane- xou uma parte do país, entregou outra a um governo fantoche e enviou exércitos para ocupar o resto da China. Chi-



Mao Tsetung nas montanhas de Yen-an

ang Kai-shek foi preso por seus próprios generais e forçado a aliar-se ao PCCh, numa frente antijaponesa. A Revolução Chinesa entrou em sua terceira fase (1937-1945), vitoriosa com a derrota do Eixo na II Guerra (ver o artigo 12).

O Exército Popular possuía então vastas bases de interior, reforçadas pela ofensiva da URSS na Manchúria. Já o Kuomintang alinhava-se aos

EUA na Guerra Fria. Contrariando a opinião de Stalin, o PCCh enfrentou Chiang Kai-shek e a luta entrou em sua quarta fase, vencedora em 1949. Os contra-revolucionários fugiram para Taiwan (onde criaram a chamada China Nacionalista). Um quarto a construir uma nova sociedade, em busca de seu caminho para o socialismo.

Historia del Movimiento Obrero - Vol. 2/Argentina

Patativa do Assaré:

A POESIA DO POVO FAZ 90 ANOS

JOAN EDÉSSOM DE OLIVEIRA

"Eu, Antônio Gonçalves da Silva, filho de Pedro Gonçalves da Silva e de Maria Pereira da Silva, nasci aqui, no sítio denominado Serra de Santana, que dista três léguas da cidade de Assaré."

É o próprio poeta maior do povo nordestino quem se define, na autobiografia que abre o seu livro *"Cante lá que eu canto cá"*. Nasceu em 05 de março de 1909, há exatos noventa anos, no sertão cearense.

A poesia de Patativa do Assaré ultrapassa fronteiras, dispensa o enquadramento de escolas literárias e tampouco se sujeita a dogmatismos ideológicos de direita ou de esquerda. Poeta, simplesmente. Sem adjetivos, sem reducionismos, como o epíteto de popular que lhe impingiram alguns. Talvez comporte um complemento: poeta nordestino. Melhor dito, poeta do povo nordestino. *"Por força da natureza, / Sou poeta nordestino, / Porém só canto a pobreza / Do meu mundo pequenino. / Eu não sei cantá as gúloras, / Também não canto as vitórias / Dos heróis com seus brasões, / Nem o má com suas águas... / Só sei cantar minhas máguas / E as máguas de meus irmãos."* Há várias definições do Patativa em sua poesia, feitas por ele mesmo, e sempre seguindo os versos acima. O poeta se considera poeta do povo nordestino, e nenhum outro cantou mais e melhor, com tanta denúncia e com tanto lirismo, *as máguas de seus irmãos* do que ele.

Patativa, como conta em sua autobiografia, freqüentou uma escola muito atrasada, quando tinha doze anos de idade, onde passou quatro meses e saiu lendo o segundo livro de Felisberto de Carvalho, tendo sido essa a sua única escola. *"Eu nasci aqui no mato, / Vivi sempre a trabaia, / Neste meu pobre recato, / Eu não pude estudar, / No verdô de minha idade, / Só tive a felicidade / De dá um pequeno ensaio / In dois livro do iscritô, / O famoso professô / Filisberto de Carvaio."*

O fato de não ter estudado parece não significar muito, do ponto de vista de sua poesia, para este poeta que pode perfeitamente (e deve) figurar entre os clássicos da nossa poesia e da nossa literatura. Pelo contrário, a sua condição social, de agricultor que "nunca passou um ano sem botar sua roçazinha", deu a tônica a sua poesia, que é toda ela carregada de denúncia da situação de penúria e miséria em que vive o povo do nordeste. Patativa fala a língua do seu povo, diz o que ele queria dizer e o que ele gosta de ouvir. É seu porta-voz. É, em vários sentidos, a voz da consciência do seu povo. Por isso a dificuldade de enquadrá-lo em rígidos esquemas literários ou ideológicos. Há os direitistas empedernidos que vêem em sua poesia a subversão, a ameaça, tendo sido inclusive o poeta preso

uma vez porque escreveu um poema brincando com a ausência sempre constante do prefeito da sua cidade. Há, no outro extremo, os dogmáticos de esquerda que enxergam nele um conservador, atrasado politicamente. A poesia de Patativa ignora solenemente a uns e a outros, e segue cantando: *"Sou fio das mata, cantô da mão grossa, / Trabaio na roça, de inverno e de estio. / A minha chupana é tapada de barro, / Só fumo cigarro de páia de mio."*

O apelido de Patativa do Assaré o poeta ganhou quando, aos vinte anos, fez uma visita ao Pará e travou conhecimento com o escritor cearense José Carvalho de Brito, que escrevendo para o jornal *Correio do Ceará* comparou a espontaneidade da sua poesia ao canto sonoro da patativa do nordeste. Como outras "patativas" começaram a surgir, ele acrescentou, o "do Assaré", referência a sua cidade natal, que hoje poderia ser perfeitamente dispensado, já que há um único e inigualável Patativa.

Não pensem que Patativa escreve a sua poesia na forma "matuta" porque seja um bronco. Se assim o procede, é porque prefere falar a língua de seu povo. Quando necessário, faz sonetos de causar inveja a qualquer sonetista clássico, como *"Tendo por berço o lago cristalino, / Folga o peixe a nadar todo inocente, / Medo ou receio do porvir não sente, / Pois vive incauto do fatal destino."* E assim segue a poesia de Patativa, encantando a todos os que o lêem e bestificando (ou enchendo de graça) os que tiveram o prazer de privar do seu contato, da sua poesia permanente, já que o poeta praticamente "fala" poesia.

Patativa popularizou também a sua poesia através da música. Quem não conhece o lamento de *A Triste Partida*, imortalizada na voz do igualmente grande Luiz Gonzaga? Ninguém melhor que o Rei do Baião para cantar os versos tristes e belos do Rei da Poesia: *Distante da terra tão seca mas boa, / Exposto à garoa, / À lama e ao paú, / Faz pena o nortista, tão forte, tão bravo, / Vivê como escravo / Nas terra do sú.* Tantas décadas depois, ainda vivem os nortistas como escravos, tanto no norte quanto no sul. Outras músicas igualmente ficaram conhecidas, como *Vaca Estrela e Boi Fubá, O Vaquero* (gravada com o nome de Sina), *Seu Dotô me Conhece?*

Patativa do Assaré faz noventa anos como o mais querido e reverenciado dos poetas nordestinos. O artigo-editorial do *Jornal Nação Cariri* nº 5, de dezembro/janeiro de 1981/1982, de forma provocativa, proclamava: *os concretistas do passado reabilitaram seu poeta: Souzaândrade. Nós projetamos o do nosso futuro: Patativa do Assaré.* Hoje, eu acrescentaria que Patativa é acima de tudo o

poeta do nosso presente, a voz do nosso tempo, a poesia resistente como só igual àqueles retratados por ela.

Difícil retratar Patativa do Assaré, difícil falar dele sem dispor de alguns quilos de páginas. Melhor me contentar com a definição de Oswald Barroso, recitando na apresentação de Patativa do Assaré na reunião da SBPC em 1979: *"Escutai cientistas e senhores / cá chegados de todo esse Brasil / nesta noite, o cantar forte e viril / a ciência, o saber dos cantadores / dos poetas do povo, dos cantores / da minha gente sofrida e humilhada / esse encanto, esse canto em disparada / não nasceu do saber de uma esco-*

la / mas do som do ponteio da viola / do gorjeio de toda a passerada. // Ouvi bem o cantar dos passarinhos / eles falam do sol da minha terra / do riacho correndo pela serra / da pobreza perdida nos caminhos. / Escutai, eles falam dos seus ninhos / e a cantar entre eles não demora / triste ave de voz doce e canora / que ao cantar sempre o faz com mais beleza. / E calai, porque toda a natureza / silencia quando a patativa chora."

Muito difícil, depois disto, acrescentar qualquer coisa sobre Patativa. Resta talvez o lugar comum, resta dizer que a poesia do povo faz noventa anos. Ave Patativa!



IMPRESSO
CEP 01318-020 - São Paulo - SP
Rua Adoniram Barbosa, 53 - Bela Vista
Tel.: (011) 3104 4140
Fundação Maurício Grabois



A CLASSE OPERÁRIA